

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(Unidade-Disciplina-Trabalho)
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, COMÉRCIO E ECONOMIA AZUL
DIRECÇÃO NACIONAL DE PLANEAMENTO

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

2016

Conteúdo

Acrónimos	3
I- Introdução.....	5
II- Implementação Física dos Eixos	6
Eixo I - Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego.....	6
Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza.....	6
Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas	20
Capítulo III – Investir na Modernização da Infra-Estruturas Económicas e Sociais.....	22
Capítulo IV – Assegurar uma Melhor Gestão do Território e do Meio Ambiente.....	31
Eixo II – Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe.....	35
Capítulo1 - Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação	35
Capítulo2. Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis.....	45
Capítulo 3 – Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora	51
Capítulo 4 - Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento	55
Capítulo 5 – Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional...	56
III. Conclusões	60
IV.Constrangimentos	61
V. Recomendações	61
VI. Anexo	62
Anexo nº 1: Enquadramento dos projectos do PIP às medidas das GOP 2016.....	62

Acrónimos

ANCI	Agência Nacional de Cooperação Internacional
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APE	Acordo de Parceria Económica
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CADR	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
CATAP	Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário
CCAIS	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CFPSTP	Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIAT	Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
CMC	Comunicação para Mudança de Comportamento
CNQ	Comitê Nacional de Qualidade
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa
CPP	Contrato de Partilha de Produção
DAFs	Direcção Administrativa e Financeira
DCI	Direcção de Cooperação Internacional
DNP	Direcção Geral do Planeamento
DO	Direito do Autor
ENASA	Empresa Nacional de Segurança Aérea
GIME	Grupo de Interesse e Manutenção de Estradas
GMN	Guiché de Mise a Niveau
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico
IG	Indicação Geográfica
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
INAE	Instituto Nacional de Estradas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
MADR	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PI	Propriedade Intelectual
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PAC	Programa Anual de Cooperação
PAGEF	Projecto de Apoio à Gestão Económica e Financeira
PEC	Plano Estratégico de Capacitação
PIP	Programa de Investimento Público
PIC	Programa de Investigação Criminal
PIQAC	Programa de Infra-estruturas de Qualidade da África Central
PN	Polícia Nacional
PRIASA	Projecto de Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar
PRMN	Programa Regional de Harmonização das Empresas
TDR	Termo de Referência

SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SENAPI	Sistema Nacional de Propriedade Intelectual
SNPCB	Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros
STP	São Tomé e Príncipe
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
UPDE	Unidade de Protecção dos Derigentes do Estado
VMS	Sistema Satélite de Monitorização das Embarcações
ZEE	Zona Económica Exclusiva

I- Introdução

O Relatório do progresso de implementação das Grandes Opções do Plano (GOP), é um instrumento da governação que permite manter informado o governo sobre o nível de cumprimento das medidas e acções programadas para o ano em questão, bem como conhecer os constrangimentos de forma a adoptar medidas correctivas.

Nesse contexto, a Direcção de Monitoria e Avaliação de Políticas Públicas (DMAP/DNP), elaborou o presente relatório de seguimento da implementação das GOP referente ao ano de 2016.

O relatório está estruturado em: i) Introdução; ii) Implementação física e principais resultados obtidos no ano por cada eixo nos diferentes domínios que o compõem; iii) Conclusões, iv) Constrangimentos; v) Recomendações para minimizar ou contornar os problemas identificados e vi) Anexo.

Para a elaboração do relatório em causa foram recolhidas informações junto aos sectores através de uma matriz de recolha, previamente elaborada pela DMAPP-DNP.

A análise e compilação das informações dos diferentes domínios de intervenção demonstraram que os sectores não estão estruturados de forma a produzir informações requeridas, pelo que houve necessidade de se programar visitas e encontros adicionais, bem como consulta de documentos disponíveis referentes à implementação das acções, de forma a permitir a elaboração do presente relatório.

Neste sentido, foi dado o ponto de situação de algumas medidas plasmadas nas GOP 2016 e encontra-se em anexo, informações sobre a execução financeira dos projectos do PIP que foram enquadrados às medidas das GOP.

Após a elaboração deste relatório, o mesmo foi submetido aos sectores, ONG e Poder local para apreciação e recolha de contribuições para melhoria do mesmo. Entretanto, foi notória a fraca contribuição dos intervenientes.

II- Implementação Física dos Eixos

Um resumo dos principais esforços e resultados conseguidos pelo país, com a ajuda dos parceiros de desenvolvimento, é apresentado por eixos de intervenção:

Eixo I - Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego

Como um pequeno Estado insular em vias de desenvolvimento, São Tomé e Príncipe preconiza integrar a sua economia na economia regional e mundial. Neste quadro, deve-se empenhar na criação de condições favoráveis susceptíveis de valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia são-tomense, tal como, agricultura, pesca e turismo, e de igual modo, criar condições de desenvolvimento de outros sectores, nomeadamente, o sector de serviços.

Este eixo está em harmonia com o Programa do Governo e enquadra-se nos eixos um e dois da ENRP II, mormente, Reforma das Instituições Públicas e Reforço da Política de Boa Governação e Promoção do Crescimento Económico Sustentável e Integrado.

As Grandes Opções do Plano 2016 estrutura este eixo em 4 capítulos, nomeadamente: 1) Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação da riqueza; 2) Reforçar a gestão das finanças públicas; 3) Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais; 4) Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente.

Capítulo I - Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza.

Este capítulo ressalva o crescimento económico sustentável gerador de emprego como aspecto fundamental no combate eficaz à pobreza. Neste sentido, o Governo definiu medidas e acções que poderão diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza nos seguintes domínios: **i)** Turismo; **ii)** Agricultura; **iii)** Pecuária; **iv)** Floresta e biodiversidade; **v)** Pesca; **vi)** Comércio e indústria; **vii)** Sector privado e atracção de investimento; **viii)** Petróleo; **ix)** Administração Pública **x)** Planeamento; **xi)** Estatística.

Turismo

O turismo representa uma das áreas em que o país apresenta fortes potencialidades e onde deverá contribuir para uma maior diversificação e densificação do sector privado e na promoção do crescimento económico do país. Sendo assim, medidas e acções desenvolvidas tiveram como resultado:

1. Rever/adequar o quadro legal/institucional para o desenvolvimento do turismo

- Aprovada e publicada a Lei Orgânica da Direcção Geral do Turismo e aprovada a Lei de base do Turismo;
- Actualizado e publicado o Decreto nº27/2007 sobre a criação do Fundo do Turismo e actualizado e aprovado o Decreto nº17/2014 sobre a taxa do turismo.

2. Promover campanhas de Promoção e de divulgação e de marketing do país.

- Com objectivo de introduzir São Tomé e Príncipe nas rotas do turismo internacional, o país participou nas feiras internacionais de Promoção Turística de Berlim e Londres e na Feira Internacional de Taiwan;
- Foram realizadas diversas actividades turísticas no quadro da Gravana Cultural culminando com a recepção de boas vindas aos turistas, no momento da sua chegada no aeroporto Internacional (oferta de água de Côco); Manifestações Culturais nas Praças da Independência e de Yon Gato, assim como de outras actividades no âmbito da Semana Nacional do Turismo;
- Realizadas no país viagens de familiarização com operadores turísticos alemães (1 FAM TRIP) e com agentes media alemã (2 PRESS- TRIP) com o propósito de divulgar e promover o destino do país no exterior.

3. Requalificar os sítios de interesse turísticos

- Está em curso a requalificação do espaço de Anambó e Marco de Equador com vista à introdução de novos serviços.

Agricultura

Neste domínio as prioridades centraram-se num conjunto de acções visando uma agricultura que dá prioridade à perspectiva “alimento para todos” de acordo com a

Agenda de Transformação do país e, por outro lado, uma agricultura de exportação em pequenos nichos específicos de produtos com elevada qualidade. Para o efeito, foram realizadas, durante o período, as seguintes medidas:

1. Incentivo ao aumento da produção, da produtividade e diversificações agrícolas.

- Adquiridas mais de 300 kg de sementes hortícolas de boa qualidade;
- Adquiridas 27 toneladas de sulfato de cobre e 12 toneladas de cal, tendo os agricultores beneficiado com a subvenção desses produtos em mais de um bilhão de dobras;
- Estabelecido contrato para a produção de 50.000 mudas de cacau e 25.000 de pimenta, à fim de redensificar as áreas do plantio com novas plantações;
- Realizadas acções de mecanização e implementos de compostagem agro-pecuários, neste quadro realizou-se actividades de capinação, preparação de terrenos e plantio; foi concedido apoio aos produtores na realização das feiras agro-pecuárias;
- No quadro de desenvolvimento de culturas alimentares, foram distribuídas mais de 12 toneladas de sementes de milho, 1 tonelada de soja, mais de 400.000 plantas /estacas de mandioca, 500.000 plantas de matabala branca e 250.000 plantas de matabala vermelha, 8.000 estacas de batata-doce, nas comunidades poteciais , tendo beneficiado cerca de 750 produtores;
- Foram semeados cerca de 400 hectares de milho, 130 hectares de mandioca, 70 hectares de matabala, 30 hectares de batata-doce e nove hectares de soja.

De referir ainda, que no âmbito de incentivo ao aumento da produção, é de realçar as actividades desenvolvidas no novo Mercado de Penha, que se encontra em pleno funcionamento e com feiras quinzenais. Durante o ano foram realizadas mais de 18 feiras, tendo transacionado mais de 1000 toneladas de produtos alimentares, e em volume de negócio na ordem de 15 bilhões de dolares.

2. Construção e reabilitação de infra-estrutura de apoio à produção agrícola;

- Foram reabilitados três abrigos que servem de apoio para a produção de viveiros cuja finalidade é de fornecer material vegetal em boas condições fitossanitária.

3. Construção e reabilitação de sistema de irrigação e a construção de represas para retenção de água destinada à irrigação

No âmbito desta medida destacam-se as seguintes realizações:

- Realização de estudos e elaboração de cadernos de encargos para instalação dos sistemas de irrigação nas comunidades rurais nomeadamente Santa Luzia, Canavial e Pinheira;
- Assistência técnica aos Comités de Gestão e Extensionistas na preservação de todas as infra-estruturas nas comunidades para uma melhor gestão e manutenção das mesmas;
- Lançamento do concurso público para reabilitação do sistema de irrigação na comunidade de Bom Sucesso;

4. Formação e capacitação de extensionistas e agricultores em técnicas de gestão agrícola.

- Para melhoria de conhecimento e de rentabilidade dos produtores rurais foram capacitados 15 extensionistas e 80 produtores rurais;
- Foram capacitados 106 horticultores dos distritos de Lobata e da RAP, 15 transformadores em produtos hortícolas em parceria com a ONG QUA- TELA;
- Foram distribuídos aos agricultores alguns materiais e insumos agrícolas, com destaque para 7 moto-carinhas, sendo 5 do distrito de Lobata e 2 para a RAP, 3 moto-cultivadoras (2 em São Tomé e 1 na RAP);
- Na perspectiva de familiarizar os técnicos no processo de integração às mudanças climáticas no sector agrícola, formados e capacitados cerca de 40 técnicos do Centro de Apoio aos Desenvolvimento Rural e das Câmaras Distritais em matéria de mudanças climáticas.

5. Instalação dos centros de compostagem, de abrigos e estufas em algumas comunidades

- Adquiridas cerca de 12 estufas agrícolas para a produção hortícola em ambiente protegido;
- Adquiridas mais de 50 tendas e 7 abrigos para realização de eventos agrícolas.

Pecuária

Neste domínio, foram definidas medidas cujas realizações foram as seguintes:

1. Aumento de quantidade e qualidade de produção animal

No que concerne à **intensificação da produção avícola** destacam-se os seguintes resultados:

- Produção local de mais de 1.889 pintos do dia;
- Importação em mais de 3.500 pintos do dia para frangos de carne;
- Importação de mais de 4.320 ovos de frangos de carne e galinha de campo para incubação;
- Venda localmente de 6.898,80 kg de carne de frangos.

No que tange ao **reforço da assistência técnica e extensão rural**, no quadro de projecto de suinicultura:

- Um Centro de reprodução de suínos foi construído em Nova Olinda;
- Foi reabilitada uma pocilga em Bela Vista na Região Autónoma do Príncipe com capacidade para 90 suínos;
- Está em curso um ensaio de engorda com ração produzida localmente com 40 suínos;
- Foram distribuídos à AUMEST mais de 135 leitões;
- Foram entregues à crédito 75 suínos e vendidos 22 aos criadores com experiência e, por outro lado, mais de 3 associações de criadores foram beneficiadas nomeadamente, ANGI MUALA em Colónia Açoriana, AUMEST em Chácara e Boca Bela em Santa Catarina;
- Foram capacitados 15 membros da Cooperativa de Cão grande de Porto Alegre e 11 membros da associação ANDJI MUALA nos domínios de técnicas de criação animal, Associativismo/Cooperativismo e Agro-negócios;
- Cincos Cooperativas foram assistidas directamente pelo projecto nomeadamente: Cooperativa de Água Izé, Porto Alegre e, Associação de St^a Luzia e Região Autónoma de Príncipe, assim como os produtores individuais.

Como resultado das várias intervenções registou-se o nascimento de mais de 400 leitões e vendeu-se mais de 12 toneladas de carne suína.

Por outro lado, foram assistidas um lote de nove animais, sendo seis fêmeas, um macho e duas crias dos 110 reprodutores da raça *Nelore Mocho* importados do Brasil. E efectuadas visitas e assistências técnicas a cinco explorações pecuárias.

Relativamente ao reforço da protecção sanitária através de campanhas de vacinação e na melhoria do acesso das comunidades e criadores aos medicamentos

- Foram realizadas campanhas de vacinação e como resultados foram vacinados 2.500 aves a nível nacional;
- No quadro de assistência aos produtores, foram autopsiadas 27 aves, medicados 90 suínos com objectivo de reduzir a taxa de mortalidade e prevalência das doenças.

Ainda no quadro da protecção sanitária, durante o período, realizou-se 25 inspecções no aeroporto, quatro visitas às casas comerciais e locais de manuseamento de produtos de origem animal; emitidos 278 certificados sanitários; e inspeccionados e abatidos no Matadouro de São Tomé 1.068 suínos, 56 caprinos, 28 ovinos e 34 bovinos. Acções essas que vêm garantir a qualidade dos produtos de origem animal que são comercializados.

No âmbito de saúde pública, procedeu-se à recolha, identificação e castração de 260 cães de rua de forma a evitar a transmissão de diversas doenças de animal para o Homem e de Homem para o animal.

Floresta e biodiversidade

No que concerne ao sector florestal, durante o último ano, destaca-se uma melhoria bastante significativa, quer ao nível de produção de mudas florestais, quer ao nível da sensibilização e fiscalização.

1. Reforço de fiscalização e luta contra abate ilegal de árvores

Relativamente à sensibilização, controlo e fiscalização foram:

- Realizadas palestras em todos os Distritos (Câmaras Distritais) do País no âmbito de comemoração do dia 21 de Março, dia Internacional das Florestas;
- Efectuadas 2 visitas aos postos de vendas;
- Apreendidas 48 motos-serras e 26.262m³ de materiais;
- Registadas 38 moto-serras;
- Emitidas 623 autorizações,
- Realizadas 360 Vistorias;
- 43 fiscalizações;
- Concedidas autorizações de 1.478 árvores para o abate e serragem.

No domínio de produção procedeu-se à:

- Requalificação do Viveiro Central;
- Aquisição de equipamentos de medição;
- Em parceria com a empresa Agripalma foi instalado viveiro, tendo sido produzidas 2.000 mudas florestais para reflorestar da área degradada;
- Em parceria com a CECAQ-11 está em curso o processo de reflorestamento de mais de 5 hectares na comunidade de Pedroma.

2. Actualização da Estratégia Nacional e Plano de Acção para a protecção da biodiversidade em São Tomé e Príncipe.

- Foi actualizada a Estratégia Nacional sobre a biodiversidade e o seu Plano de Acção (o plano define uma estratégia de protecção de 4 ecossistemas nomeadamente, ecossistema marinho e costeiro, ecossistema de água interiores, ecossistema florestal e agrário);
- Foi criado um Sistema Nacional de dados sobre a biodiversidade para a recolha, armazenamento, análise e partilha de informações relacionadas com a conservação da biodiversidade nas áreas protegidas e nas zonas tampão de STP.

No quadro de reforço institucional do MADR, está prevista como medida “**Reforço da Capacidade Técnica e Institucional do sector Agro-pecuário**”, cujas realizações são as seguintes:

- **Divulgação técnica no âmbito de Desenvolvimento Rural** é transmitida semanalmente o Programa radiofónico e televisivo “Mundo Rural” para difundir as informações de sector de agricultura e desenvolvimento rural de forma a

permitir melhor participação dos envolventes do mundo rural e da população em geral.

- **Recolha, processamento e disseminação dos dados do sector agro-pecuário e pesqueiro**, existe um banco de dados com as informações do sector agro-pecuário e pesqueiro referente ao ano 2015 que encontra-se na fase experimental. Relativamente ao ano 2016, o processo encontra-se na fase de recolha dos dados respeitante ao 1º semestre. Entretanto, Já foram formados 30 agentes em matéria de dados estatísticos.

Pesca

Pesca é um sector de grande potencial para o desenvolvimento económico do país porque joga papel fundamental na criação de emprego, fonte de riqueza e na luta contra a pobreza. Para tal, o aumento do controlo dos recursos pesqueiros, a sua captura, transformação e comercialização apresentam-se, neste domínio, como medidas prioritárias para este Governo. Neste sentido, durante o ano, foram obtidos os seguintes resultados:

1. Criação de infra-estruturas de desembarque, conservação e comercialização de peixe

- Foi feita a aquisição e instalação de uma câmara de conservação de pescado de 20m³ para os pescadores e palaiês da comunidade de praia de S. Paulo.

2. Recenseamento da frota de pesca artesanal e semi-industrial do país

- Foram formados e capacitados, pela ICCAT, biólogos no domínio de identificação das espécies e supervisores e inquiridores em matéria de dados estatísticos;
- Assinado dois protocolos de colaboração com CIAT e INPHARMA Cabo verde, instalado duas splits e iniciado análises experimental com a finalidade de tornar o laboratório de pesca operacional;
- Foram elaborados vários projectos legislativos nomeadamente Decreto-lei sobre monitorização contínua das embarcações de pescas VMS; Estatuto Orgânico da Direcção das Pescas; Decreto sobre norma de emissão das licenças e Regulamentos sobre actividade da apanha e de pesca recreativa e desportiva;

- Realizado o seguimento da pesca artesanal em 43 comunidades piscatórias;
- Participação dos técnicos em diversos seminários e visitas de estudos;
- Reforço do sistema de estatística de pesca e recolha contínua de dados de captura nos principais pontos de desembarque pelos inquiridores.

3. Implementação da prática da inspecção de navios estrangeiros no âmbito dos acordos de pesca

- Procedeu-se à assinatura do Acordo com Gabão ao nível de fiscalização;
- Foi realizada inspecção aos navios com licença de pesca na nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) no porto de Abidjan.

Comércio

O governo pretende neste domínio reforçar o processo de integração regional, sub-regional e impulsionar o processo de adesão à OMC, por um lado e por outro manter um eficiente controlo das actividades económicas no país com vista a conter o aumento do custo de vida. Neste quadro, foram desenvolvidas acções nas seguintes medidas:

1. Reforçar o processo de integração regional ao nível da “CEEAC” e da “CEMAC” e no sistema comercial multilateral

- Concernente à esta medida a Direcção de Comércio tem seguido o dossier de Acordo de Parceria Económica (APE) e desenvolvidas acções e actividades para criação da Zona Livre de Comércio na CEEAC.

2. Acelerar o processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC);

- Este processo tem conhecido algum atraso devido a não pagamento da dívida do país junto à OMC.

3. Reforçar o mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade

- No quadro do alargamento das áreas para a distribuição da Assistência Alimentar do Japão (KR's) foi feita à credibilização externa do país junto às

autoridades japonesas, com vista a melhoria da eficiência na gestão e prestação de Contas.

Ainda no âmbito do Comércio e para dinamizar as actividades comerciais, foram realizadas acções com vista à:

- Redução do Tempo para emissão de Licenças e Certificados;
- Apropriação segura dos procedimentos de licenciamento para abertura e funcionamento dos Postos de Revenda e Bombas de Combustíveis, Lubrificantes e Gás;
- Criação e apresentação de formulários para inserção na futura plataforma ONLINE para a criação de Sociedades Comerciais - Guiché Único Empresas (GUE).

Indústria

A participação do sector de indústria na economia do país é bastante incipiente. As actividades industriais e de transformação, bem como os serviços, são bastante limitados, sobretudo quando comparadas com as necessidades do país e as oportunidades existentes. Neste sentido, o Governo preconiza para este domínio medidas abaixo indicadas cujas realizações foram as seguintes:

1. Definir e promover a “Marca São Tomé e Príncipe”

- Foi submetido para aprovação e publicação o Decreto-lei sobre IG/DO;
- Está em curso a elaboração dos cadernos de especificações dos produtos identificados no âmbito da marca.

2. Acelerar o desenvolvimento da agro-indústria nacional

- Foi elaborada a proposta de Decreto-Lei para a criação do Fundo de Fomento Agro-industrial e o regulamento para sua execução;
- Foram elaborados dois estudos nomeadamente: o Estudo sobre a promoção do empreendedorismo e criação de empresas e o Estudo diagnóstico da situação das empresas em STP;
- Realização de seminário de sensibilização dos agentes sobre os PRMN/PI na Região Autónoma do Príncipe;

- Aprovado o Decreto relativo às taxas das actividades indústrias;
- Promulgado e publicado o Decreto - Lei sobre as taxas de actividades industriais;
- Foram melhoradas as condições materiais de prestação de serviço a nível do GMN;
- Está em curso o Programa Regional de infra-estruturas de qualidade PIQ - AC1 destacando as seguintes realizações: lançamento do Programa PIQAC; Formação sobre a Certificação Normalização e Acreditação; aprovação do Decreto sobre a normalização e certificação de produtos e serviços; Está em curso as demarches para tradução do Decreto-lei que cria o Comité Nacional de qualidade (CNQ), com vista a apresentação do mesmo à Organização Internacional de Normalização (ISO) e foi elaborada a proposta do despacho que nomeia o referido Comité.

3. Criar o sistema nacional de inovação e de transferência de tecnologias

- Foi realizados encontros de trabalho com instituições inerentes a criação da Rede CATI (Centro de Apoio à Tecnologia e Inovação), a saber: SENAPI, CATAP, Centro Formação Brasil São Tomé e Universidade de São Tomé e Príncipe;
- Encontra-se em curso a elaboração do projecto do Decreto-lei de investigação Científica e de Inovação.

Sector Privado e atracção de investimento

O Governo considera que o sector privado nacional será o principal motor da economia nacional, gerador de emprego, riqueza e de distribuição de rendimentos. Para o efeito foram realizadas medidas e acções que visam contribuir para a melhoria de ambiente de negócios, dinamizando o sector privado nacional e atraindo investimentos estrangeiros tendo-se obtidos os seguintes resultados:

1. Implementação da reforma regulamentar, legislativa e institucional inerente à melhoria do ambiente de negócios.

- Foram regulamentados e legislados os seguintes normativos: novo Código de Investimento; Código de Benefícios Fiscais; Código Nacional da Dívida Pública; Regime Geral da Mediação de Seguros; Código de Normalização e Certificação dos

Produtos e Serviços; Medidas Especiais de Saneamento e Resolução de Liquidação e Liquidação Bancária.

2. Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor

- Relativamente à organização da oferta de serviços alguns Parceiros de Desenvolvimento têm desenvolvido acções no domínio de formação, aconselhamento e informação sobre empreendedorismo nomeadamente CCAIS e algumas ONGs.

Petróleo

A organização do sector petrolífero nacional é imprescindível para garantir que as actividades relacionadas com a exploração do petróleo sejam feitas de forma mais transparente possível e os seus proveitos sejam distribuídos de forma equitativa. Neste sentido em 2016 registou-se o seguinte:

- Foi celebrado contrato de partilha de produção (CPP's) com a empresa Equator Exploration (Bloco12) e neste quadro teve início os trabalhos de pesquisa e actividades inerentes aos CPP's;
- Foi realizada assinatura do "JOA" e adenda aos CPP dos Blocos 5 e 12 com vista a melhorar os aspectos dos contratos de partilha de produção;
- Foi reformulado o website da ANP - STP com um novo layout com o propósito de tornar o website mais atractivo e interactivo e melhorar o sistema de comunicação;
- Encontra-se em curso, as negociações dos "JOA" (acordo de operações conjuntas) e das adendas aos CPP (Blocos 2) à fim de melhorar os aspectos do contrato de partilha de produção; em curso as negociações para celebração de contrato
- Foram capacitados quadros da ANP no domínio da assistência técnica e institucional no âmbito da cooperação com ANP-Timor Leste;

- Está em curso as demarches jurídico/administrativo para aquisição de sísmica 3D, no quadro da CPP da ZEE-STP e as demarches para aquisição de softwares e actualização de licenças da Workstation.

Administração Pública

O Governo preconiza com este domínio a gestão integrada dos recursos humanos da Administração Central do Estado, bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados e acesso à informação por parte dos cidadãos. Neste contexto, as acções desenvolvidas incidiram nas seguintes medidas:

1. Melhorar o acesso à informação e à participação pública

- Foi criado um link da Direcção de Administração Pública dentro do portal do Ministério das Finanças e da Administração pública que contribuirá para divulgação das informações dos agentes públicos.

2. Concluir a revisão do Estatuto da Função Pública e assegurar a sua aplicação

- Foi revista o Estatuto e submetido à Assembleia Nacional para aprovação.

3. Promover a profissionalização e melhorar as condições de trabalho dos funcionários Públicos

- Foram realizadas acções de formação para os quadros da função pública;
- Foi reforçada a capacidade institucional da Assembleia Nacional de forma a melhorar o seu desempenho;
- Foi implementada a Unidade de Inspeção da Administração Pública;
- Teve início o processo de identificação dos funcionários públicos através de inquérito com finalidade de saber aonde está, em que categoria está e quais são as suas atribuições.

Constrangimentos/recomendações

- ❖ Inexistência de um sistema de base de dado integrado em sistema de rede na Administração Pública;

Planeamento

O Planeamento é a condição imprescindível para a previsibilidade das acções públicas e dos respectivos resultados, ele representa o guia para conferir maior estabilidade e coerência no clima de negócios bem como na mitigação dos riscos de negócios. Neste contexto, as acções desenvolvidas centraram-se nas seguintes medidas:

1. Reforçar a capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projectos de desenvolvimento

- Foi reforçada a capacidade dos quadros da Direcção Nacional do Planeamento nos domínios de Planificação estratégica de políticas e programas de desenvolvimento e em Desenho, implementação e avaliação de políticas públicas.
- Foram adquiridos cinco computadores, oito UPS e uma impressora-fotocopiadora.

2. Melhorar o processo de concepção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas

- Através da assistência técnica do gabinete de consultoria CESO Developpement, foi desenvolvido e instalado, para efeito de teste, o aplicativo informático de apoio à elaboração de ficha de projecto, seguimento e avaliação de políticas, programas e projectos.

3. Implementar a Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento;

- Foi aprovado e publicado o Estatuto Orgânico da Direcção Nacional de Planeamento através do Decreto Lei nº24/2016.

4. Criação de unidade de planificação e gestão sectorial

- Foram criados institucionalmente através da Lei nº1 /2016, os gabinetes de estudos e planeamento sectoriais, tendo sidos contemplados com algumas acções de capacitação em matéria de planificação e seguimento das políticas.

5. Elaborar um novo Plano Nacional de Desenvolvimento

Já se encontra elaborado o 1º draf do Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo sido submetido à discussão pública em atelier multisectorial designado “Atelier de formação sobre a grelha de análise sistémica do desenvolvimento sustentável e gestão baseada em resultados”.

Estatística

Com este domínio, destacam-se realizações nas seguintes medidas de política:

1. Proceder ao enquadramento do pessoal técnico e institucional

- Foram recrutados dois técnicos para o quadro pessoal do Instituto Nacional de Estatística.

2. Reforçar capacidade de análise científica

- Foi elaborado o documento metodológico para cálculo Índice do Preço ao Consumidor (IPC) e formados seis técnicos em matéria de novo aplicativo informático para o cálculo do referido Índice.

Capítulo II - Reforçar a Gestão das Finanças Públicas

Neste capítulo seguindo a mesma linha de orientação do crescimento económico sustentável, o Governo pretende reforçar o processo de consolidação orçamental. É neste quadro que o Governo definiu um conjunto de medidas e acções no domínio das Finanças Públicas.

Finanças Públicas

Neste domínio o Governo pretende reforçar o processo de consolidação orçamental visando a promoção da sustentabilidade e da qualidade das finanças públicas.

Neste quadro está em curso um programa de reforma que visa modernizar e otimizar o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), com vista a reforçar o controlo das despesas, transparência e prestação de contas e a descentralização orçamental. Para efeito, foram definidas nas GOP 2016, medidas cujos resultados foram os seguintes:

1. Promoção de uma gestão eficaz e transparente da coisa pública;

- Procedeu-se à descentralização do Sistema Electrónico da Administração Financeira do Estado para as DAFs; Bem como descentralização do Sistema para os principais órgãos de controlo do sistema, nomeadamente Inspecção Geral das Finanças, Tribunal de Contas e Instituto Nacional de Estatística;
- Foi realizado estudo diagnóstico do SAFE-e permitindo conhecer o estado das finanças públicas bem como as forças e as fraquezas do sistema vigente.

2. Reforço das actividades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência nas administrações fiscal e aduaneira

- Procedeu-se à inclusão das receitas dos Serviços do Registo Civil e Notariado na conta única do Tesouro;
- Reforçou-se a capacidade aduaneira na arrecadação de receitas;
- Foi feito o alargamento da base tributária dotando critérios internacionais como forma de diminuir os efeitos da subfacturação e, conseqüentemente, reforçar a capacidade aduaneira na arrecadação das receitas.

Importa salientar que no quadro de reforço de capacidade técnica registou-se o seguinte:

- Reforço de capacidade técnica do pessoal das DAFs e dos organismos autónomos no domínio de gestão orçamental e financeira e aplicação do SAFE, com o propósito de uniformização de conceitos e procedimentos de gestão orçamental e financeira no SAFE;
- Capacitação de 5 técnicos do Ministério das Finanças sobre o Quadro fiscal de Médio Prazo;
- Reforço de capacidade técnica do pessoal do Gabinete mediante a realização de visitas de estudo à Cabo Verde destinados a 5 técnicos do Ministério das Finanças com o propósito de se inteirar sobre a utilização de sistemas de registo e reporte de informação fiscal e orçamental;
- Foram elaborados vários documentos com vista a reforçar a capacidade institucional do Tribunal de Contas, Inspecção Geral das Finanças e Direcção dos Impostos nomeadamente: a nova versão da Conta Geral do Estado com abordagem orçamental; Manual da Conta Geral do Estado e revisão legislativa da TIC e o estudo para definição do tipo de IVA, taxa e limiar de tributação.

Capítulo III – Investir na Modernização da Infra-Estruturas Económicas e Sociais

Na perspectiva ainda do crescimento económico sustentável, o Governo ambiciona, neste capítulo, a modernização das infra-estruturas económicas e sociais como estratégia de desenvolvimento do País. Neste âmbito, o Governo definiu em 2016 medidas nos seguintes domínios: **i)** Porto e Aeroporto; **ii)** Energia; **iii)** Água; **iv)** Saneamento; **v)** Telecomunicações; **vi)** Transportes Terrestres.

Aeroporto

No domínio de aeroporto, o Governo definiu como prioridade a modernização e melhor operacionalidade das infraestruturas aeroportuárias do país. Para o efeito, destacam-se realizações na seguinte medida:

1. Modernização e operacionalização do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe

1.1 Melhoria do sistema de iluminação e de sinalização,

- São realizadas acções permanentes de manutenção e verificação dos aparelhos de iluminação e de sinalização do aeroporto;
- Estão em curso as demarches para aquisição de lâmpadas de iluminação e de sinalização do sistema de maior qualidade e resistência.

1.2 Aquisição de equipamentos de apoio a navegação

- Foram adquiridos sete detentores de metais.

1.3 Reforço de capacidade técnica profissional aos técnicos do INAC e da ENASA

- Foram capacitados em Espanha 16 técnicos no domínio de segurança aeroportuária, electrónica, electricidade e operações com vista à melhorar a qualidade técnica dos quadros da ENASA.

- Ainda no quadro da segurança aérea foi construído muro de vedação da zona de Praia Francesa para permitir maior segurança no perímetro do aeroporto e foi reabilitado o quartel de bombeiros do aeroporto.

Energia

Este domínio também constitui uma grande preocupação do Governo visto que para diversificar a economia, alargar as oportunidades de criação de riqueza e gerar emprego é necessário reduzir o custo de energia, melhorar a sua qualidade, aumentar a capacidade de produção e alargar a sua cobertura espacial. Para efeito, no ano em análise foram realizadas medidas e acções como assim se segue:

1. Aumentar a capacidade de produção e de distribuição de energia

- Foi adquirido e instalado três grupos de geradores com potência 2.5 MVA, transformadores e quadros eléctricos, na central eléctrica de Santo Amaro II;
- Foi feita, numa primeira fase, a expansão da rede de electrificação nas zona Norte e Sul do país contemplando as comunidades de *Ponta Figo, Diogo Vaz, Ribana* (Distrito de Lembá) e as comunidades de Ribeira Afonso, Caridade, Santa Cecília, Colónia Açoriana (Distrito de Cantagalo), contribuindo para o aumento do acesso à rede eléctrica e informação as populações dessas mesmas zonas;
- Aumentada a capacidade instalada e produção de energia eléctrica de 6 MW em São Tomé.

2. Renovação da linha aérea

- Renovação de linha de transporte com alteração do posto de transformação de 6 KV para 30 KV (posto de transformação do Victor Frutuoso – Distrito de Água Grande), primeira fase;
- Está em curso a construção do centro de despacho com soluções inteligentes.

3. Aumentar a eficiência energética

- Estabelecido o fornecimento de energia eléctrica em 24 horas na cidade de São João dos Angolares (Distrito de Cauê) e na Região Autónoma do Príncipe;

- Foi enriquecido o parque de geração de energia através de recuperação e aquisição de novos geradores em cerca de 15,8 MGW.
- Teve início a construção da nova Central na Região Autónoma do Príncipe com três novos sincronizadores de 3 vezes 900KVA que permitirá definitivamente garantir aos residentes da Região um fornecimento de energia de qualidade durante as 24 horas do dia;
- Procedeu-se à manutenção do grupo de geradores da Central de Santo Amaro (G1, G2 e G5).

4. Reabilitação da rede eléctrica de distribuição em baixa

- Reabilitação da rede de Média Tensão e Baixa Tensão em cabo troçado, numa primeira fase, nas comunidades de Riba Mato, Água Porca, Água Izé, Caixão Grande, Palha, Bom Bom, Santo Amaro, Amparo II, Obolongo, Conceição, Piedade, Neves Benga, Neves Rosema, Oque-Del Rei e Bairro Verde.

5. Incentivar a produção de energia hídrica e solar

- Encontra-se em curso alguns projetos de energias renováveis destacando o projeto de requalificação da central hidroeléctrica do contador e o projeto de promoção de mini/pequenas centrais hidroeléctricas;
- Foi realizado o seminário sobre a boa governação das energias renováveis em parceria com Cabo Verde e ilhas Canárias;

Água

No domínio de água, o Governo preconizou as seguintes medidas e acções:

1. Melhorar acesso e a qualidade da água para todas as pessoas e para todos os fins através de um programa nacional de aprovisionamento de água

1.1 Aumento de captação de água

- Foi reforçado o sistema de abastecimento de água na zona de Monte Macaco “Rio do Ouro”;
- Foi feita a reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água potável na cidade de Neves e arredores (distrito de Lembá);

- Foi reforçada a capacidade produção de Água Clara II, em 800 metros cúbicos resultantes da reabilitação do depósito de Mateus de Angolares.

1.2 Aumento e melhoria na rede de distribuição de água

- Foi concluída a reabilitação da rede de Água /EN3 com substituição de condutas de adução e reabilitação de rede de distribuição e ligações domiciliarees na zona de Madre de Deus e Chácara com uma rede secundária estabelecida no Bairro Dolores;
- Foi intensificado o processo de recolha e análise de qualidade física e química de água;
- Procedeu-se a avaliação dos recursos de água e plano de gestão integrado na bacia do rio Provaz, no quadro de implementação de projectos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Provaz;
- Foram realizadas várias acções com vista à implementação da Estratégia Participativa de Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030;
- Foram construídas e reabilitadas as redes de abastecimento de água às populações das comunidades de Porto Real, Pincaté e Abade.

1.3 Realização de campanha para mudança de comportamento visando o uso mais racional dos recursos hídricos

- No âmbito do projecto de Demonstração da gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Provaz foram realizadas várias actividades de sensibilização para mudança de atitudes e comportamentos face a utilização dos recursos hídricos . Com base nestas actividades 600 mulheres dedicaram uma vez por semana na limpeza e manutenção do leito do rio Provaz;
- Foram realizadas campanhas de sensibilização nas escolas primárias, secundárias e nas comunidades rurais sobre a gestão dos recursos hídricos;
- Foi criado um programa de sensibilização na rádio nacional, rádio Tlaxá em Neves sobre gestão de água;
- Foram capacitados 15 ativistas (DGRNE, Direcção de Cuidados de Saúde, RN, TV e DGA), 30 jornalistas e correspondentes em matéria de comunicação sobre Gestão Integrada do Recursos Hídricos (GIRH).

Constrangimento:

- ❖ Falta de legislação (Lei da água);
- ❖ Insuficiência de quadros técnicos;
- ❖ Falta de civismo das populações para lidar com as infra-estruturas de água colocada à disposição das mesmas;
- ❖ Sistemas por gravidade sem Torres de bombagem com muitos problemas de cota,
- ❖ Sistemas autónomos sem interconexão,
- ❖ Constrangimentos ligados com os processos de expropriação e servidão Administrativa.

Recomendações:

- ❖ Necessidade de recrutamento de quadros técnicos e sua capacitação;
- ❖ Reforço institucional do poder local para dar cobertura as suas atribuições no domínio de água e saneamento, (Gabinetes técnicos de água e saneamento nas Câmaras Distritais/Regional);
- ❖ Elaboração do Plano Director de Electricidade;
- ❖ Promover e incentivar a produção de energias renováveis e limpas (hidroeléctrica, solar, GPL);
- ❖ Regulamentar o Sector.

Telecomunicações

Neste domínio, o Governo pretende dar especial importância à continuação da generalização do acesso e utilização das tecnologias de informação de telecomunicações para todos, consolidando e actualizando os espaços de acesso público à internet. Sendo assim, medidas e acções desenvolvidas durante o ano centraram-se em:

1. Generalização do acesso, consolidação e actualização dos espaços de acesso público à Internet

- Relativamente à melhoria da cobertura nacional da rede móvel, encontra-se na fase de conclusão a instalação de mais 3 BTS (Estação Base Telecomunicação) pela Operadora UNITEL dando como resultado, actualmente, existência de uma cobertura nacional acima dos 90%;
- No domínio de massificação das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), foram instaladas algumas praças digitais. Essas praças têm

objectivo de promover a inclusão digital de forma gratuita beneficiando as populações mais desfavorecidas;

- Foram ministradas formações ao nível das TIC's, através dos Centro de Oportunidade Digital (COD);
- Foi desenvolvido a rede governo (G-net), uma infra-estrutura que tem como objectivo interligar os serviços públicos. Actualmente, todos os ministérios e algumas Direcções estão interligados na rede G-net nomeadamente (TVS, Tribunal de Contas, Dir. Finanças).
- Foi instalado no distrito de Lobata um telecentro.
- No domínio dos correios foi elaborada a proposta de Lei Base Postal e a mesma encontra-se em fase de consulta pública para posteriormente ser submetida à aprovação.

Transporte Terrestre

A coesão do território e a prossecução dos grandes objectivos de desenvolvimento económico, social e cultural pressupõe infra-estruturas rodoviárias. Neste sentido, destacam-se as seguintes realizações:

1. Construir novas redes viárias e reforçar o programa de manutenção e reparação de estradas

- Alargamento de 0,8 km de estrada em massa betuminosa a quente, ao troço **Penha/Correia/Ôbo Izaquente** com 4,7 km. Todos os dispositivos de drenagem, obras de arte e alvenaria de betões foram executados;
- Manutenção de 825,93 Km de estradas pelo GIME(estradas nacionais, secundarias e terciárias) com capinação nas bermas, limpeza de sistemas de drenagem e realização de pequenos trabalhos de remoção de pequenas derrocadas e desbravamento e tapagem de buraco, limpeza de divergentes, abertura de aquedutos, travessias e valas divergentes.

- Foi executado cerca de 12,2 km do pavimento em massa betuminosa a quente da **Estrada Nacional N°3**. Foi concluído o sistema de drenagem pluvial (valas em betão, aquedutos, coletores, ramais e sarjetas) ao longo do troço e transmutação das tubagens de adução de água no troço da estrada (Madre de Deus à cidade capital).
- Foi executado no troço de **estrada Micondó/Santana em calçada**, numa primeira fase, 0,262 km do pavimento em macadame, 460m de vala, 432 ml de lancil e 3 unidades de travessia.
- Relativamente à **requalificação do Lote 1: Conde/Micoló**, foi executado 3,7 km de revestimento do pavimento em massa betuminosa a quente; 2030m de vala; 1140m de lancil; 6400m de bermas; 1300m de muretes; reconstruído e construído 1 aqueduto. Foi construída 2 travessias e reconstruída uma passagem hidráulica;
- Quanto à **requalificação do Lote 2 Aeroporto/ Praia Gamboa**, foi executado 2,9 Km de revestimento do pavimento em Massa Betuminosa a Quente; 565m de vala; 4100m de lancil; 1800m de bermas; 370m³ de muretes e reconstruído de 3 aquedutos;
- No troço **Micoló/Fernão Dias** foi executado a camada de entrocamento do pavimento na totalidade, executada 1.8 km do pavimento em camada de tout venant 0/100, 1,1 km da camada de revestimento do pavimento e construída 3 travessias.
- Relativamente à **requalificação da EN1/Cemitério de Santo Amaro**, na 1ª fase, foi executada em macadame 0,5 Km; 270m de vala; 300m do pavimento em macadame; 330m de lancil e 3 unidades de travessia .
- Quanto à **requalificação de estrada EN1 Conde Gleba/- Gime**, na 1ª fase, foi executado em macadame 1,4 km; 100m de vala; 900m do pavimento em macadame; 1800 m de lancil; 3 unidades de travessia.

- No que concerne à **requalificação de Cemitério de Angolares**, na 1ª fase, foi executado em macadame 0,5 Km; 270 m de vala; 90 m do pavimento em macadame; 100m de lancil; 8 m³ do muro em betão ciclópico e 4 unidades de travessia.
- No troço **estrada San Fenícia/ Pinheira**, na 1ª fase, foi executado em macadame 0,42 Km; 97m de vala; 420m do pavimento em macadame; 480 m de lancil; 2 unidades de travessia e 46.8 m³ de muretes.
- Quanto à **Estrada Ponta Figo/Generosa**, na primeira fase foi executada em macadame 0,85 km, 50m de vala em terra, 850 do pavimento em macadame sendo camada de sub base e base, 300 m de lancil, 7,4m³ de muretes e reparado 4 travessias.
- Foi reabilitado 4,75 km de pavimento em Massa Betuminosa Aberta a Frio do **arruamento da cidade Santo António**, escarificado o pavimento 15776,64 m²; feito o assentamento de lancis 2840 und e de guias 1420 und; colocado o pv 8890,03 m²; construído redes de esgotos com tubo pp 1635 ml.
- Relativamente à **Santo António/Porto Real, Santo António II, Ribeira Forca**, foi executado 2,2 km de pavimento em massa betuminosa aberta a frio no troço **Santo António/porto Real**, executado 1069 m de valas em betão, reabilitação de guias 5200 ml; revestimento em massa betuminosa a frio 11400 m² **Santo António**, executado 600m de estrada, executado 1770 ml de vala, 2 Und de aquedutos, 1200 ml de berma, descarga em tubo pp diâmetro 800,100 ml.
- Foi executado 1,5 km de alargamento e terraplanagem da plataforma da **estrada Rio Lima**, aplicação 350m de tout venant 0/100 e executado 100 m de berma.

Constrangimentos do sector:

- ❖ A não aprovação atempada do OGE e, conseqüentemente, o não desbloqueamento da verba levou a implementação tardia dos projectos, condicionou os trabalhos extraordinários (pela equipa do GIME), início das atividades do projeto por parte de alguns operadores (empresas), mora no

pagamento dos Autos validados e submetidos à Direção do Tesouro, proporcionando o extravasamento do prazo da empreitada e outros.

- ❖ Incapacidade de alguns operadores de executar contratos paralelos (mais de uma empreitada) embora de natureza similar;
- ❖ Falta de cumprimento da programação (prazo) por parte dos empreiteiros muitas vezes por falta de pagamento das faturas, o que dificulta os trabalhos da fiscalização em agir conforme ao contrato;
- ❖ Lacunas existentes no RCLCP - Lei 8/2009 nomeadamente: 1- O baixo montante referente aos concursos simplificados, públicos e internacionais, que condicionam a participação massiva dos proponentes, beliscando sobremaneira a concorrência e o princípio da competitividade; 2- Possibilidade de impugnação do concurso à qualquer proponente com transtornos decorrentes do incumprimento da ação programada no prazo estabelecido pelo Dono da obra.

Recomendações:

- ❖ Legislar e regulamentar, se for caso disso, diplomas que facilitem a adjudicação aos operadores com capacidade de iniciar projetos sem se recorrer ao pedido de adiantamento financeiro;
- ❖ Proceder regularmente ao pagamento atempado dos autos de medição devidamente validados pela instituição para que seja exigido o cumprimento do prazo da obra por parte dos operadores;
- ❖ Disponibilização de verbas afetas as obra programadas para cada ano;
- ❖ Definição de sanções para impugnações infundadas e desnecessárias;
- ❖ Atualização da Lei às nossas realidades e aprovação dos Diplomas conexos (relatório de Abertura das propostas, Termos de Referência, etc.);
- ❖ Criação urgente de um site para visibilidade e consulta das atividades do Governo em matérias de Licitação e não só;
- ❖ Proceder ao Pagamento de 3% da fiscalização conforme previsto no Decreto-lei.

No que tange à circulação rodoviária, encontra-se em curso o processo de digitalização das cartas de condução e livrete.

Capítulo IV – Assegurar uma Melhor Gestão do Território e do Meio Ambiente

Ordenamento do território, obras públicas e urbanismo

Este domínio joga um papel fundamental no processo de crescimento da economia. Para efeito, foram definidas medidas cujas realizações no período em análise foram as seguintes:

1. Requalificação do pavimento de talude e protecção costeira da EN1

- Cerca de 98% da obra está concluída tendo sido realizadas actividades no sistema de drenagem (valas em betão lancil), Placas de passagem de peões, alargamento da plataforma e escarificação do pavimento. Apenas encontra-se por concluir as travessias.

2. Reabilitação das pontes sobre os rios Água-Grande, Lembá e Contador

- Concluída a obra de reparação da ponte sobre rio Lembá. Tendo sido construído o muro ala; reforçado dois pilares; construído 26 m de tabuleiro e feito a limpeza e desassoreamento do rio.

Esta obra irá permitir o desencravamento dos moradores da vila Santa Catarina, Lembá e arredores, não só como circulação de bens;

- Foi requalificado a ponte San Fenícia.

Saneamento

Neste domínio as GOP 2016 definiu medidas cujas realizações foram as seguintes:

1. Desassoreamento dos rios

- Foi feita a limpeza do troço de cerca de 2 km do leito do rio provaz permitindo a sua fluidez e construídas redes de drenagem bem como limpeza e desassoreamento dos rios Lembá e Contador, ficando o leito redireccionado e moradores locais livres de inundações.

2. Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

- Foram construídas latrinas melhoradas com fossas séptica em diferentes comunidades rurais, urbanas e periurbanas do país, através de fundos de infra-estruturas comunitárias;
- Foram construídos esgotos e sistemas de drenagem de águas pluviais em várias localidades rurais, no quadro do projecto de protecção de zonas costeiras;
- Foram constituídas várias ONGs locais e realizadas diversas acções de formação em matéria de saneamento;
- Foi realizado um relatório de inquérito sobre as condições de salubridade dos agregados familiares em Neves no distrito de Lembá.
- No âmbito do projeto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Provaz foram construídas a título experimental algumas sanitas ecológicas (ECOSAN) na zona de Neves, no Distrito de Lembá.

3. Manutenção e limpeza de canais

- Realizada limpeza de captações e linhas de adução;
- Efectuada manutenção, limpeza e saneamento de canais em várias localidades do País.

Constrangimentos:

- ❖ Ausência de empresas equipadas com máquinas adequadas para fazer o desassoreamento dos rios.

Recomendações:

- ❖ Criar condições essenciais para efectuar a operação de desassoreamento dos rios devido a necessidade de se impermeabilizar o leito do rio para impedir a infiltração da Água e dar atenção a erosão que poderá colocar em causa a ponte sobre rio Prováz em Neves.

Ambiente

Neste domínio registou-se o seguinte:

- Realização da feira sobre Mudanças climáticas com o intuito de sensibilizar a população sobre os efeitos nefastos das mudanças climáticas e estratégia de adaptação e mitigação;
- Participação do país, a nível do chefe do Governo e a equipa técnica do país ligada as mudanças climáticas, na cimeira da COP 22;
- Criado um sistema de estatística ambiental;
- Criado o observatório ambiental com objectivo de recolher e centralizar as informações ambientais;
- Criado web site da Direção Geral de Ambiente e capacitados os quadros técnicos de diferentes instituições, ONG's e Associações em matéria de mudanças climáticas, nomeadamente MRV (Medição, Reporte e Verificação); elaboração de inventários nacionais de emissão e remoção de gás sobre efeito estufa; acções nacionais apropriadas para mitigação (NAMAS);
- Elaborada a estratégia de monitorização climática que contém alguns indicadores importantes tais como indicadores sobre inundação marítima, indicadores de inundação fluvial, de inundação pluvial e de desaparecimento dos pescadores no alto mar;
- Criado o sistema MSN Frontline que permite enviar informações do tempo, sobre as catástrofes.
- Construídos centrais de biogás em 3 comunidades rurais Mendes da Silva (cantagalo), Santa Geny (Lembá) e Novo Destino (Mé-zochi) como projecto piloto, que consiste em transformar os resíduos em biogás para ser usado nos fogões da cozinha sendo beneficiada cerca de 10 pessoas por comunidade. Tendo em conta os resultados satisfatórios o projecto tem a previsão de ampliar o número de beneficiários;
- Realização de formação de capacitação para 30 à 40 participantes de todos os sectores da vida nacional.

Meteorologia

Neste domínio destacam-se realizações nas seguintes medidas de política:

- 1. Aquisição e instalação de uma estação meteorológica marítima, para a previsão do estado do tempo no mar**

- Adquirida e instalada uma estação meteorológica marítima, para a previsão do estado do tempo no mar;
- Adquiridos e instalados 16 estações meteorológicas que irá aumentar a cobertura nacional de informações climatológicas, passando de 20% a 60%;
- Adquiridos e instalados 3 detentores de trovoadas que irá permitir melhorar a Previsão meteorológica.

2. Aquisição de um radar para Previsão de Tempo para fins aeronáuticos

- Adquiridos e instalados 1 SADIS(Secure Aviation Data Information Service) que irá permitir melhorar assistência meteorológica à navegação aérea

Eixo II – Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de São Tomé e Príncipe

A coesão social é um factor determinante para o crescimento económico e para redução da pobreza. Este eixo está em harmonia com o Programa de Governo e a ENRP II, mais concretamente os eixos um, três, quatro, que tratam do desenvolvimento do capital humano, melhoria dos serviços sociais básicos, reforço da coesão e protecção social e Governança.

As Grandes Opções do Plano 2016, estrutura este eixo em 5 capítulos, nomeadamente: 1) Valorizar o capital humano e reforço da boa governação; 2) Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis; 3) Promover Cultura Nacional, o Desporto e a Inclusão na Diáspora; 4) Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento; 5) Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional.

Capítulo 1 - Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

O capital humano é peremptório para o desenvolvimento de qualquer sociedade, São Tomé e Príncipe não foge a regra, neste sentido o governo definiu medidas e acções que irão valorizar o capital humano repartidas nos seguintes domínios : **i)** Educação e Formação; **ii)** Saúde; **iii)** justiça; **iv)** comunicação social.

Educação e Formação

O Governo aspira uma educação de qualidade para todos, como veículo essencial de valorização do capital humano e da melhoria da participação no processo de desenvolvimento nacional. Assim, as medidas e acções desenvolvidas durante o ano 2016 neste domínio, produziram resultados de acordo as medidas propostas, como se segue:

1. Persistir na Educação para todos, concretizando a universalização da frequência da Educação pré-escolar, do ensino básico e secundário para todos.

Com vista a concretizar a universalização da frequência escolar, deu-se continuidade a construção e reabilitação de infraestruturas escolares visando aumentar a capacidade de oferta escolar nos diferentes níveis de ensino. Assim:

- Foram construídas 46 salas de aulas, sendo 8 na Pré-escolar, 14 no Ensino Básico e 24 no Ensino Secundário, reduzindo assim o rácio dos alunos por turma.
- Foi possível introduzir-se o 2º ciclo do ensino secundário na cidade de Porto Alegre (10ª classe); Angolares e Guadalupe (10 e 11ª) e na cidade de Madalena (5ª, 6ª, 7ª, e 8ª classe).
Como resultado desta acção cerca de 2.441 crianças deixaram de percorrer grandes distâncias e a passarem a estudar nos seus distritos de origem.
- Adquiridos mais de 10 autocarros escolares para transporte cerca de 3420 alunos diariamente dos lugares de residência para as escolas e vice-versa;
- Foi reforçada a alfabetização dos adultos e jovens em 14 novas comunidades, e criada quatro turmas de aulas na Cadeia Central com vista a reforçar acções de reinserção social;
- Construídos três bebedouros na Escola D. Maria de Jesus, três nas escolas de Agostinho Neto e duas na escola do Riboque;
- Construídas casas de banho na escola de São Marçal, Portolagre; San Finicia; e reabilitou-se a WC na escola de Bobo Forro,
- Reabilitadas secretarias, Gabinetes de directores e subdirectores, bibliotecas e salas de professores da escola de Porto Alegre, Diogo Simão e San Finicia;
- Construção de um polo desportivo, um laboratório, uma biblioteca e uma sala de reuniões na escola secundária de Chácra;
- Construção uma cantina e um polo desportivo, na escola básica de Diogo Simão.

Para o apetrechamento das infraestruturas escolares foram adquiridas móveis escolares como:

- 240 carteiras para escola secundária de Algés;
- 50 secretárias, 50 cadeiras e 160 carteiras que foram distribuídas para: escola de Bombom, de Manuela Margarida, escola 12 de Julho e escola secundária básica de Trindade.

2. Relativamente ao alargamento do ensino Pré-escolar

- A lei-quadro da Pré-escolar foi elaborada, está em fase de discussão e conclusão;

- Revisto, actualizado e aplicado a nível nacional o currículo da pré-escolar para a faixa etária de Quatro anos. Encontrando-se o currículo para a faixa etária de 5 anos actualmente na fase de teste;
- Construídos dois jardins de infância, sendo um em Queluz, com duas salas de aulas, uma casa de banho, um gabinete de Director e uma dispensa e outro em Bobo Forro, com 6 salas, refeitório com capacidade para 480 crianças;
- Apetrechado com cadeiras, mesas e equipamentos de recreio aos Jardins de infância (Páscoa de Carvalho, Fernão Dias, Ribeira Afonso, Queluz, Mato Cana);
- Adquiridos diversos materiais lúdicos e pedagógicos;
- Reabilitadas as casas de banho de jardim de infância Porcelana, Jardim de Infância Margão e Jardim de Infância de Páscoa de Carvalho

3. Reforço da acção Social e escolar

Face à retirada progressiva do PAM (Programa Alimentar Mundial), criou-se o PNASE (Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar), através de lei 4/2012, pelo que a componente do fornecimento de géneros alimentícios às escolas passaram a ser assegurados exclusivamente pelo governo, com alguma participação em contribuições voluntárias dos Pais e encarregados de educação.

No ano lectivo 2015/2016 o Governo, assegurou cerca de 222 Toneladas de arroz, 22.068 litros de óleo alimentar, 33 toneladas de feijão, e 20 Toneladas de SAL, o que permitiu ao Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) fornecer refeições quentes à 47.855 crianças do sistema de ensino público e Regime Particular e Cooperativo.

4. Melhorar o sistema de informação e gestão escolar

No âmbito do projecto a Escola em rede foram adquiridos equipamentos informáticos tais como (computadores e software, impressoras, fotocopiadoras, policopiadoras, projectores) etc. que serviram para apetrechar sala de informaticas criadas nas escolas .

5. Acelerar a educação através de um programa de melhoria da educação que passa por desempenho escolar, melhoria de gestão escolar, supervisão pedagógica, sistema de avaliação, motivação dos alunos e valorização dos profissionais.

- No quadro do Projecto Escola (+) foi reforçada a capacidade institucional do Ministério de Educação, capacitando 50 pessoas, dentre os quais, directores, técnicos dos serviços centrais, delegados distritais e regionais.
- Formação em serviço de 17 inspectores e 51 supervisores em supervisão pedagógica,
- Formação de carácter transversal dirigida aos 29 professores de ensino secundário para o ensino da língua portuguesa e 24 professores em didáctica geral;
- Está elaborado o documento que define o padrão do professor “contributo para uma reflexão sobre o possível desempenho profissional docente”;
- No âmbito de formações de natureza específicas formaram-se cerca de 560 professores na área da didáctica e pedagogia; Foi elaborado também o TDR para recrutamento da consultoria que irá trabalhar nas áreas curriculares e as cargas horárias;
- Relativamente ao reforço do sector metodológico, foram constituídas equipas de supervisão para cada disciplina. Esta equipa realiza visitas às escolas para reuniões com os professores e observação das aulas. Ainda neste quadro foram realizadas 3 missões de supervisão nas áreas de língua portuguesa, Matemática e Química;
- Elaborados os instrumentos de supervisão e o guião para elaboração de relatórios trimestrais dos supervisores;
- Foi revisto e Aprovado o estatuto de carreira docente;
- Aumento de salário base dos professores e atribuição de outros benefícios;
- Aprovado o salário de base para professores na idade de reforma.
- Foram enquadrados mais de 2.000 professores na carreira docente;
- Transferência de seiscentos milhões de dobras para a Escola Piloto de Libreville.
- Desdobramento dos professores do Ensino secundário e do 2º ciclo do básico; redução de cálculo de 22 h para 18 h para casos de professores com carga horária anual de 12 horas;

- Desdobramento dos professores do 1º ciclo de Ensino Básico; 50 horas lectivas extraordinárias mensais, em caso de desdobramento;
- Desdobramento na Pré-escolar; atribuição de 50 horas do salário de base aos educadores que ficam subcarregados por motivo de ausência dos colegas;
- Professores do 1º ciclo do EB com mais de 40 alunos por turma, atribuição de 10 horas lectivas extraordinárias mensais;
- Aumento em 30% do Subsídio de transporte;
- Aumento do salário mensal do Pessoal de apoio (cantineiras e serventes);
- Subsídio de permanência; duas horas extraordinárias aos educadores e auxiliares nos dias de permanência;
- Horas de sábado; fixação como rendimento permanente dos professores ao longo do ano (12 meses)
- Regularizada a situação da pensão de reforma para cerca mais de 75 professores reformados. Neste momento recebem 100% de salário de base; sendo uma parte paga pelo MECC e outra pela segurança social;
- Foram adquiridos meios de transporte para professores, foi criada casa do Professor. Que em menos de 1 ano prestou apoio clínico a 172 professores e acompanhamento psicossocial à 27 professores

Implantar um sistema de inspecção e supervisão do Ensino Superior

- Foi elaborado o quadro jurídico para o Ensino Superior e submetido para aprovação. Actualmente encontra-se na Assembleia Popular.
- Foram criadas 4 áreas de cursos de doutoramento, mestrados em parceria com universidades estrangeiras.

Constrangimentos:

- Carência de técnicos formados em áreas especializadas;
- Recursos financeiros insuficientes.

Recomendações

- Melhorar a articulação entre e intersectorial na preparação dos projectos, programas e planos.
- Disponibilizar recursos financeiros.

Saúde

A aposta no capital humano implica, para além de agir na educação do Homem são-tomense, actuar também no domínio da saúde. Nesta óptica, o Governo preconiza promover a universalidade e acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde num quadro de maximização da eficiência dos serviços, de fomento das parcerias com as entidades públicas e privadas; promover a integração de novas tecnologias de informação com a correspondente racionalização da gestão e dos custos.

Para o efeito, as acções desenvolvidas, durante o período recaíram nas seguintes áreas:

1. Combate às doenças endémicas e não endémicas

Em resposta a esta medida o Governo com o apoio dos parceiros, tem em curso os seguintes Programas: i) luta contra o paludismo; ii) luta contra Hiv/Sida; iii) luta contra tuberculose; iv) Luta contra doenças não transmissíveis; v) Luta contra doenças tropicais negligenciáveis.

- **Programa de luta contra o paludismo**, no quadro deste programa destacam-se os seguintes realizações: campanhas de sensibilização para mudança de comportamento; tratamento anti-vectorial através de pulverização intra-domiciliar e distribuição dos mosquiteiros impregnados, gestão dos casos de paludismo identificados, testagem de casos suspeitos e rastreios.

Pese embora estas acções desenvolvidas constata-se uma ligeira subida de casos como demonstram os indicadores, em Maio 2015 de 827 casos detectados passou-se para 938 casos em Maio 2016; quanto à taxa de incidência passou de 4,3/1000 habitantes a 4,8/1000 no período homólogo.

- **Programa de luta contra HIV/SIDA**

A política nacional de luta contra HIV/SIDA tem como finalidade melhorar o nível de saúde da população e reduzir o impacto socioeconómico negativo da epidemia na economia, contribuindo para o desenvolvimento do País. Para atingir esta finalidade o plano estratégico nacional 2013-2017 preconiza os seguintes objectivos: i) reduzir o risco da infecção; ii) diminuir a vulnerabilidade à infecção; iii) diminuir o impacto da epidemia.

Considerando que, o programa nacional de luta contra HIV/Sida é financiado pelo Fundo Global, e este financiamento encontra-se na fase final, as actividades do programa conheceram alguma dificuldade para sua realização, pelo que durante o período destacam-se as seguintes realizações:

- Elaborado o documento de "extensão de Ronda dez" que é um instrumento que vai permitir mobilizar recursos para o programa. Neste quadro, foi feito um retiro para elaboração do mesmo e deslocação da equipa nacional para Geneve a fim de participar no processo de negociação da extensão do programa;
 - Prosseguiram-se as visitas domiciliarias aos doentes de HIV incapacitados,
 - Realizadas acções de Comunicação para mudança de comportamento (CMC) em torno de formas de prevenção e transmissão do HIV/ SIDA;
 - Testagem voluntária no terreno e distribuição de preservativo.
-
- **Programa de luta contra tuberculose**

No âmbito deste programa, foram realizadas as seguintes acções:

- Sensibilização aos agentes de saúde comunitários sobre a importância da sua participação na luta contra a tuberculose;
- Revisão do plano de seguimento e avaliação;
- Supervisão periódica (mensais e trimestrais) do Centro Nacional de Endemias (CNE) à postos e centros Distritais de saúde, incluindo à RAP.
- Revisão e elaboração dos guia de TB /HIV; Foi revisto o guia de Tuberculose aos Multi Resistentes (multi resistentes) e Revisão do guia do laboratório de TB;
- Mobilização social no dia Mundial de Luta contra Tuberculose a acções de comunicação para mudança de comportamento;
- Reuniões de coordenação entre a equipa central e equipa distrital incluindo a RAP, nestas reuniões participam médicos, enfermeiros e técnicos de farmácia.

A estimativa de doentes de tuberculose anual coberta pelo programa é de 150 doentes.

2. Reorganização e requalificação dos centros e postos de saúde

- Está em curso as obras de reabilitação dos postos de saúde de Madalena e Desejada. Realização em cerca de 40%;
- Instalação do TAC e formação de quadros para manipulação deste equipamento.

3. Reforço de capacidade dos recursos humanos de saúde

Esta medida está sendo executada com projecto de Assistência Técnica ao sistema de saúde, onde se destaca como resultado a presença dos especialistas Cubanos e alguns especialistas nacionais no sistema.

4. Melhoria de assistência infantil e imunização

Concorrem para a realização desta medida os seguintes programas:

5. Programa de Assistência infantil e imunização, em termos de realizações se destacam:

- Foi introduzida a vacina pólo iniciativa (VPI), com vista a acelerar a erradicação da poliomelite.
- Foi realizada a semana Africana de vacinação, com campanhas de vacinação a todas as crianças menores de cinco anos, durante essa semana foi introduzida a vacina polio inativa para crianças na 14^a semana de vida.
- Foram adquiridos parte dos medicamentos essenciais para garantir o pacote mínimo de sobrevivência, a nível nacional.

6. Programa de saúde Reprodutiva, saúde da mãe; recém-nascido, criança e adolescente.

- Foi realizada uma primeira fase da campanha de sensibilização sobre HIV/ Sida.
- Foram adquiridos equipamentos médicos, farmacêuticos e consumíveis para os serviços.
- Prossegue-se com a distribuição de preservativos (actividade contínua do sector)

7. Reabilitação e construção de infra-estruturas de saúde, com vista a aumentar a expansão da rede sanitária no país:

- Restaurado o hospital Dr. Ayres de Menezes (Banco de Urgência, Bloco Operatório, Instalado a Central de Oxigênio e adquiridos botijas para o armazenamento), hospital Dr. Manuel Dias da Graça (casa mortuária);
- Reabilitado e equipado o Centro Policlínico e a Delegacia de Saúde de Água Grande, fruto do acordo celebrado entre o Governo e a China Taiwan;
- A construção de casas para acolhimento de doentes e associados de RAP está em curso com 75% de realização.
- Reabilitado os postos sanitários de Bombom e Centro de Saúde de Lobata e, em curso, o centro de saúde de Mé-zochi;
- Reabilitadas e apetrechadas 83% das maternidades do país (Maternidade do Centro Hospitalar Dr. Ayres de Menezes, do hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça, da cidade de Porto Alegre, da cidade de Angolares e das Neves.

8. Aquisição de materiais e equipamentos de saúde

- Adquiridas duas ambulâncias bem apetrechadas, uma centrifugadora, uma mamografia digital e duas autoclaves.
- Adquirida e instalado o PAC permitindo assim a diminuição de tempo em caso do diagnóstico das doenças.

Os principais constrangimentos

No programa de luta contra Paludismo:

- 1) Resistência por parte da população à pulverização intra-domiciliar, visto que de uma cobertura nacional programada para 85% apenas se conseguiu realizar uma cobertura aproximadamente de 60%.
- 2) Transportes obsoletos para a deslocação das equipas de pulverização.

No Programa de luta contra HIV/SIDA:

- 1) A inexistência de recursos nacionais para fazer face às despesas correntes ligada a distribuição de preservativos, supervisão à nível dos centros, postos de saúde e clínicas privadas e vigilância para colheita de informações nos grupos de risco como (trabalhadora de sexo, motoqueiros, militares e reclusos), etc. A não realização destas actividades constitui ameaça para as conquistas já alcançadas pelo programa.

- 2) Fraca adesão e retenção dos pacientes ao programa devido a falta de ajuda alimentar que é concedida através de uma cesta básica. Os doentes queixam-se de sentir muita fome como resultado de tratamento, e não aparecem no programa para dar continuidade ao tratamento. Pelo que se recomenda uma revisão desta componente do programa “Apoio com cesta básica”, para garantir a retenção e adesão dos pacientes ao tratamento e desta forma melhorar a eficácia do programa.

No Programa de Luta Contra Tuberculose:

- 1) Falta de água nos laboratórios de Lembá e Lobata. Há necessidade de se construir um depósito de água e adquirir uma motobomba para o Distrito de Lobata.

Justiça

O Governo considera a reforma da justiça como prioridade e orientou o seu esforço para prosseguir as reformas e fornecer um serviço público de Justiça que respeite os direitos humanos, e que esteja mais próximo do cidadão, mais célere e mais transparente. Neste sentido, no período em análise as acções desenvolvidas deram os seguintes resultados:

- Realizou-se a avaliação dos Magistrados e funcionários judiciais;
- Informatizado os Serviços de Registos e Notariado;
- Aprovado o Plano Estratégico de medidas e melhoria ao nível organizacional e do funcionamento, com a informatização dos serviços de Bilhete de Identidade e todos os actos e preservação dos acentos;
- Foram realizadas acções de formação e aquisição de equipamentos
- Foi revista a redação de novos códigos, o estatuto dos funcionários judiciais, a gestão dos cofres dos Tribunais.
- Aprovada a lei-quadro da Política Criminal; lei da investigação criminal e a lei que cria uma nova policia Judiciária em substituição da actual PIC.

Comunicação Social

O Governo considera que a comunicação social é fundamental para melhoria da qualidade da nossa democracia. Neste sentido, pretende-se que os cidadãos santomenses tenham acesso as várias fontes de informação, susceptível de contribuir para a promoção de uma participação mais activa e de envolvimento cada vez mais profícuo

no processo de desenvolvimento nacional. Para atingir este objectivo, foi proposto várias medidas e acções que irão contribuir para aumentar a cobertura radiofónica e televisiva com melhor qualidade, de forma a beneficiar um maior número de cidadãos.

As realizações durante 2016 deram como resultado:

- A estação televisiva TVS passou a ter uma cobertura de 24 horas por dia;
- A Rádio Nacional e a TVS beneficiam de serviço Web, tornando-se acessível a todos em qualquer parte do mundo.

Capítulo2. Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis.

As medidas de política que irão colmatar este capítulo estão distribuídas nos seguintes domínios: i) Juventude; ii) Género; iii) Habitação; iv) Emprego e Assuntos sociais.

Juventude

A juventude constitui uma fonte inesgotável de energia, de ideias, vitalidade, infinita imaginação e capacidade de acção, o que faz dela o maior e o mais importante recurso humano para o desenvolvimento e factor determinante de mudanças sociais e desenvolvimento económico. Neste contexto, as realizações no domínio da juventude durante o período em estudo resultou o seguinte:

Aumento da participação cívica dos jovens;

- Foram realizadas actividades que incentivam a participação dos jovens nas datas marcantes para juventude nomeadamente: Comemoração do dia da juventude Africana com a realização de uma feira artesanal, e um festival de danças no Parque Popular.

Reforço dos mecanismos de emancipação dos jovens são-tomenses;

- O Instituto da Juventude (IJ) apoiou financeiramente ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ) nas deslocações para o exterior, a fim de garantir a participação de STP na conferência da CPLP sobre o Conselho Nacional da Juventude, na Guiné-Bissau e em Timor Leste.

Promoção do associativismo e o voluntariado juvenil;

- Realizado a capacitação das Associações em matéria de associativismo;
- Foi reabilitado o centro de interacção de Ribeira Afonso, Monte Macaco, Santa Margarida, Boa Entrada e Monte Café. O papel deste centro é servir de ponto focal do Instituto da Juventude (IJ) de forma a permitir os jovens da comunidade interagirem entre eles e com IJ, no desenvolvimento das actividades sociais e económicas.

1. Incentivar a criatividade e o empreendedorismo;

- Realizada sessões de formações em todos os distritos do país incluindo a Região Autónoma de Príncipe em matéria de empreendedorismo a um total de 300 participantes.

2. Reforço às acções de comunicação para a mudança de comportamento da população juvenil;

- Foi realizada formação no domínio de educadores de pares em todos os distritos, incluindo a RAP as 24 jovens (estes jovens uma vez formados têm como missão sensibilizar casais para mudança de comportamento no âmbito de saúde reprodutiva e planeamento familiar);
- Realizada também campanhas de sensibilização em matéria de saúde reprodutiva, produção e distribuição de brochuras desdobráveis, preservativos masculinos e femininos, manuais de bolso tishert com mensagens para mudança de comportamento.

3. Promoção da inclusão digital

- Foi construído os centros digitais de Ribeira Afonso, Monte Macaco, Monte café, Boa entrada e Pau Sabão e adquiridos equipamentos informáticos para o seu apetrechamento;
- Adquiridos equipamentos informáticos para Instituto da Juventude e Criação de um portal da Juventude.

Género

Os esforços consentidos pelo governo neste domínio visavam consolidar as medidas promotoras da igualdade de género através do **Reforço dos mecanismos institucionais para igualdade e equidade de género**. Assim, destacam-se as seguintes realizações:

- Realizadas reuniões de coordenação e seguimento dos 25 pontos focais sectoriais formados no ano anterior com objectivo de conhecer o ponto de situação da integração de géneros nas políticas e acções sectoriais;
- Assinatura de acordo de cooperação com o programa PRIASA no sentido de assessorar e promover acções que visam promover a igualdade de género no meio rural;
- Uso de parcerias com as organizações não governamentais e com o apoio das Agências do Sistema das Nações Unidas permitiu a realização de algumas acções de sensibilização e seminários de formação.

Habitação e Imobiliária

No domínio da Habitação e Imobiliária, o Governo definiu como prioridade para o sector a elaboração e implementação de uma política de habitação que responda não apenas as necessidades de habitação, mas que também se faça um bom uso de solo e protecção do meio ambiente. Para o efeito, foram programadas e realizadas às seguintes medidas:

1. Elaboração de um plano nacional de habitação

- O Plano está elaborado e submetido ao governo para aprovação.

2. Estimular a concessão e o acesso ao crédito de habitação;

- Foi elaborada uma proposta que aguarda a reacção do governo uma vez que sua aprovação depende da aprovação do plano nacional de habitação;

3. Adequação do quadro legislativo, regulamentar e institucional do Instituto de Habitação e Imobiliária.

- Existe um estatuto que cria o Instituto de Habitação, actualmente foi elaborado um regulamento interno e submetido para aprovação.
- Realização de obras de conservação do edifício sede do IHI;

Emprego e Assuntos sociais

No domínio do emprego e assuntos sociais, o Governo preconiza inverter o actual quadro, caracterizado, de entre outros, por desenquadramento institucional dos programas e estratégias de desenvolvimento do sector, baixa capacidade técnica para responder as reais necessidades da procura de emprego, ausência de medidas no âmbito das relações de trabalho, fraca coordenação e integração dos centros de formação profissional, insuficiência de meios e equipamentos essenciais para o bom funcionamento dos serviços. Neste sentido, foram desenvolvidas acções nos seguintes domínios:

Emprego

As acções proposta para realização das medidas no domínio de emprego e trabalho estão concentradas no projecto Criação de Pólos de atendimentos Distritas e Regional.

São as componentes desse projecto: 1) A promoção e dinamização de iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho; 2) Desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens; 3) Elaborar o estudo prospectivo sobre a necessidade do mercado de trabalho e da formação profissional; 4) Elaborar o diagnóstico sobre a formação técnica profissional; 5) Elaboração do plano estratégico nacional de emprego e formação profissional; 6) Construção de uma base de dados sobre o mercado de emprego e formação profissional; 7) Realização de inquéritos de emprego nos distritos e na RAP; 8) Construir e apetrechar as salas de aulas no CFPSTP (Budo Budo); 9) Operacionalização do fundo nacional de emprego e formação profissional; 10) Operacionalização do serviço público de emprego.

O Governo através do Ministério do Emprego e Assuntos sociais realizou algumas acções e obtiveram-se os seguintes resultados:

- Foram formados cerca de 1000 jovens no Centro de Formação de Budo-Budo 2 no quadro de desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens a fim de criar o autoemprego;
- Dos 1.272 inscritos no Departamento de emprego foram encaminhados para o emprego cerca de 254 pessoas.

- Encontra-se em curso o processo de implementação da contratação de massa, medida activa de emprego que visa recrutamento para o estágio ou emprego de pessoas com baixa qualificação;

Accção social

Dada a importância deste domínio no combate a exclusão social e pobreza extrema, as prioridades do governo centram-se em medidas de política e acções que realizadas contribuem para reduzir este flagelo em STP.

1. Reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e protecção social.

- Realizado ateliês de formação e capacitação aos quadros técnicos sobre validação e apropriação do plano de implementação da política e Estratégia Nacional de Protecção Social.

2. Melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social

- Foram atendidos cerca de três mil e quarenta cinco (**3.045**) idosos e trimestralmente cada idoso recebe um subsídio no valor de Dbs. 210.000,00 à Dbs 300.000,00. Em 2016 estes montantes foram actualizados e melhorados segundo às categorias como se segue :
 - Aumento das pensões de Mãe carenciadas de 20%;
 - Subsídio contínuo dos idosos conheceu um aumento de 128%;
 - Subsídio concedido aos idosos subiu de 54%;
 - A pensão mínima de velhice aumentou 27% e a pensão de sobrevivência, 25% e ainda a pensão de invalidês conheceu um aumento de 31%.

3. Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis).

- Foi reabilitada uma casa comboio para beneficiar 4 idosos em Malanza;
- Construção de 11 casas sociais em Água Grande; 2 casas em Cantagalo; 1 em Lobata e 1 em Lembá;
- O Ministério de Acção Social transfere semestralmente fundos para duas associações, Associação dos Deficientes de STP e Associação de Cegos e Amblíopes de STP através do projecto de apoio aos deficientes.

4. Apoio às pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.)

- Teve início a construção de casa social no Distrito de Água Grande (quatro casas na Vila Maria; duas em Correia; uma casa em Locomi);
- Construídas 8 casas no distrito de Lobata na localidade de Boa Entrada (local onde desabou as habitações antigas deixando famílias sem tecto);
- Foram construídas 4 casas no distrito de Cantagalo na localidade de Cova Água-Santana em benefício de famílias vítimas de incêndio;
- Reabilitação no distrito de Mé-zochi de 2 casas em Milagrosa e um centro social;
- Está na fase de conclusão, a reabilitação de 1 casa em Monte café e reabilitação de 3 casas em Santa Margarida.

5. Alargamento da cozinha social, fornecimento de um prato quente / dia aos idosos;

- Foi feito o desbloqueamento de verba para as 8 organizações que fornecem pratos quentes aos idosos.

6. Apoio às ONG's parceiras da acção social (organizações e associações)

- Esta acção consiste em fazer uma transferência anual de verba para as ONG's parceiras de acção social

7. Apoio à formação de estudantes de famílias carenciadas

- Foram beneficiadas de transferências de fundos como bolsas de estudo a Dez (10) estudantes de famílias pobres que fazem curso de formação profissional na República de Cabo Verde.

8. Apoio aos projectos de desenvolvimento da rede de protecção social (Santa Casa de Misericórdia, Cáritas, Arcar e PDI Lembá)

- Estas instituições com financiamento próprio adquirido por via Portugal assinaram um protocolo de acordo com o País em benefício de Acção Social. Segundo este protocolo, o Estado São-tomense deve contribuir para as despesas do projecto com 20% do montante estabelecido anualmente. Portanto, o valor que aparece no OGE corresponde a este 20%, que na realidade é afectado à instituição.

Constrangimentos:

- ❖ Irregularidades no prazo de pagamento;

- ❖ Há atrasos no desbloqueamento de Fundos.

Recomendações:

- ❖ Aumento da verba orçamentada e sua disponibilização atempada para os diversos programas do sector;
- ❖ Construção de centros sociais comunitários em todos os distritos para a realização de actividade com as crianças, jovens raparigas, mulheres e idosos em situação de riscos;
- ❖ Alargamento de cozinhas sociais (prato quente) para todo país.

Capítulo 3 – Promover Cultura Nacional e o Desporto e a Inclusão na Diáspora

Considerando que a Cultura é a identidade de um povo e constitui um factor impulsionador para coesão social, foram distribuídos neste capítulo os seguintes domínios de intervenção: i) Desporto, ii) Cultura.

Desporto

O Desporto é inquestionavelmente um elemento de coesão social e de integração, proporcionando uma melhor qualidade de vida, reforço da auto-estima e o orgulho nacional. Assim, o governo tem como prioridade para o sector, generalizar a prática desportiva em parceria com as Câmaras Distritais e promover o movimento associativo, “Desporto para Todos”.

As realizações durante o período em estudo concentraram-se nas seguintes medidas:

1. Melhorar a articulação do desporto com as políticas educativas e sociais através da consolidação e aumento da prática desportiva na escola

- No quadro da comemoração de 12 de Março Desportivo, foi realizado um programa alusivo ao dia em que se destacou:
 - Realização de uma corrida massiva nacional no distrito de Mé-zochi, visando promover e sensibilizar a população para prática desportiva nas diferentes faixas etárias, como medida de prevenção de doenças;
 - Realização da prova de atletismo (corrida para premiação e encontrar novos talentos) visando criar o espírito de competitividade entre os atletas, apurando os atletas com melhor performance a nível nacional.

2. Construção e melhoria dos equipamentos e infra-estruturas desportivas

- Foram adquiridos equipamentos para basketbol, futebol sala e voleibol, para jovens que praticam estas modalidades em todos os distritos do país e na RAP;
- Construído o centro recreativo de Ribeira Afonso;
- Concluída a 1ª etapa da construção do Estádio na Cidade da Trindade (ou seja, a terraplanagem da área);
- Está em curso a construção do pólo desportivo de RAP
- Ficaram concluídos os pólos desportivos de Angolares, Neves, Água Izé, Monte Café e Guadalupe. Esta actividade beneficia toda população juvenil das zonas mencionadas e tem como finalidade, dar ocupação nos tempos livres com actividades recreativa e não só, como também evitar que os jovens enveredem para comportamentos ilícitos, e por outra constitui também uma forma de promover a prática desportiva.

3. Reforçar a parceria institucional com o Comité Olímpico Nacional, as Federações e os clubes de participantes.

- Transferência de fundos para deslocação da selecção nacional a fim de participar nos jogos da eliminatória para o CAN;
- Apoio às federações que estão implicadas nos jogos da CPLP.

4. Reforço de cooperação bilateral e multilateral, com especial relevo para os países da CPLP

- Está também em curso um memorando idêntico com Angola e Timor Leste.

Constrangimentos:

- ❖ Falta do estudo geológico da área de construção do campo da Trindade, provocou um grande prejuízo para empresa e conseqüentemente retardou a entrega da obra no período acordado;
- ❖ Atraso no desbloqueamento de verba por parte de finanças e por vezes troca das prioridades da direcção sem ter em conta os projectos estratégicos da Direcção, por exemplo, o pagamento tardio do Pólo desportivo da RAP;
- ❖ Carência de meio informático para a direcção constitui um grande constrangimento para o funcionamento da direcção;

- ❖ Existe o departamento medicina desportiva, e não há cobertura orçamental para fazer face às despesas com o seu funcionamento.

Recomendações:

- ❖ Encontrar financiamento para melhoria de infraestruturas, e colocação de balneários, sobretudo nas infraestruturas desportivas de Água Izé, Monte Café, Neves e Angolares;
- ❖ Aumentar o nº de bancadas, principalmente nas infraestruturas de Neves e Angolares;
- ❖ Necessidade de reforçar a instituição com meios informáticos e capacitação técnica;
- ❖ Tornar funcional o Departamento da Medicina Desportivo.

Cultura

Objectivo previsto para a política de cultura é promover a gestão equilibrada do património Cultural nas suas várias expressões. Nesse contexto as actividades realizadas resumem-se em:

1. Iniciativas culturais em interacção com a educação, turismo e ambiente;

- Organizou-se o Concurso Literário Francisco Tenreiro, que tem como objectivo estimular o desenvolvimento da escrita e fomentar o gosto pela literatura, quer a nível interno quer na diáspora.
- Concluiu-se a construção do Memorial 3 de Fevereiro, em Fernão Dias;
- Organizou-se o Concurso Nacional de Trevas “*Stléva*” e Carnaval tradicional “*Tlundu*”.
- Revitalizou-se grupos culturais (*Kina de Ribeira Afonso*, *Socopé Linda Estrela de Santana* e *Bulawê NheKôsô de Correia*) pela assistência conferida, em termos da indumentária e equipamentos, para actuação;
- Celebrou-se o mês de Abril, mês da cultura nacional.

- Apoiado alguns grupos culturais na construção de equipamentos e reabilitação dos grupos;
- Foi criado um grupo cultural Júnior formado por crianças;
- Aquisição de indumentárias e reabilitação da sede do grupo cultural “*Socopé linda Estrela*”.

- Realizado alguns eventos musicais, com objectivo de divulgar a música de STP e aspectos culturais.
- 2. Proclamar o ano de 2016 como o "Ano da Cultura Nacional" como forma de dinamizar o sector cultural e fortalecer a coesão nacional**
- O decreto-Lei que institucionaliza o Ano da Cultura Nacional foi elaborado e submetido para aprovação.

Constrangimentos:

1. Carência de técnicos e técnicos formados em áreas específicas para dar respostas às reais necessidades do Sector;
2. Existência de Direcções e Departamentos inoperantes, por falta de estrutura técnica e meios organizacionais;
3. Recursos financeiros insuficientes
4. Falta de normativos para regulamentar o funcionamento do Sector e, conseqüentemente, as actividades culturais no país.

Recomendações

- Reactivar as Direcções (Direcção do Património Material e Imaterial e o Centro de Promoção de Artes e Espectáculos);
- Enquadrar técnicos nas demais Direcções e Departamentos que compreendem o Sector da Cultura Nacional;
- Nomear Directores e coordenadores para cada uma das áreas, em conformidade com o quadro pessoal constante da Orgânica do Governo;
- Afectar o Sector de Cultura Nacional com a verba de Preservação, para a devida promoção de actividades culturais, visando o seu crescimento, com repercussão positiva para a economia do país.
- Intervir nos edifícios do Museu Nacional, quer na prossecução dos trabalhos no âmbito de restauro como na recuperação dos espólios ali existentes, já em degradação acentuada.

Capítulo 4 - Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento

Reconhecendo o papel do poder local no aprofundamento da Democracia, na luta contra a pobreza, desenvolvimento sustentável e harmonioso do território nacional, o governo atribuiu este capítulo exclusivamente ao poder local.

Poder local

Neste domínio foram definidas medidas e acções em que se destaca:

1. Reforçar capacidade das autarquias em matéria de gestão financeira

- Neste quadro estavam previstas transferências de fundo para despesas corrente e de capital, cuja gestão é da inteira responsabilidade das Autarquias. Assim, o quadro nº 1, reflecte os montantes programados para 2016 e a transferência realizada para cada autarquia.

Quadro nº 1: Transferências de fundo às Autarquias em 2016

Câmara Distrital/regional	Programado para 2016	Transferência no Ano 2016	%
Agua Grande	11.730.000.000,00	4.659.266.666,66	40%
Me-zochi	11.000.000.000,00	4.325.954.345,00	39%
Cantagalo	8.504.150.398,00	2.295.036.528,00	27%
Cauê	6.050.000.000,00	2.005.507.497,00	33%
Lobata	8.423.905.902,00	4.925.694.475,00	58%
Lembá	6.731.189.700,00	1.950.132.446,45	29%
RAP	1.500.000.000,00	1.500.000.000,00	100%
Total	52.439.246.000,00	21.661.591.958,11	

Fonte: Execução do orçamento 2016

Como se pode observar, com excepção da RAP, a transferência para o poder local não foi completa, em alguns casos nem atingiu os 50% do valores programado o que justifica a fraca realização física do poder local.

2. Acompanhar, consolidar e aprofundar a descentralização de competências para os Distritos nas matérias de gestão de rede de equipamentos de saúde, das escolas e da acção social

- Está previsto a elaboração de um estudo do processo de descentralização para STP em 2017. Este estudo irá analisar como consolidar e aprofundar a descentralização das competências em matéria de gestão da rede de equipamentos de saúde, das escolas e acção social;

3. Dotar as autarquias locais de competências e de instrumentos jurídicos actualizados e inovadores

- Foi feita a revisão da Lei das finanças locais e leis eleitorais locais e submetidas ao governo para aprovação;
- Foi elaborado o Estatuto da lei do poder local e o Estatuto jurídico de contra-ordenação;
- No que concerne à revisão da lei de divisão Administrativa, esta acção não foi desenvolvida porque está dependente da revisão da Constituição da República e realização de um estudo prévio para orientar esta revisão segundo os critérios a serem estabelecidos.

Constrangimentos/recomendações

- ❖ Necessidade de aprovação pelo governo dos instrumentos jurídico submetido para aprovação;
- ❖ Necessidade de dinamizar as actividades da Associação das autarquias;
- ❖ Necessidade de quadros capacitados nas autarquias e aumento de nº de quadros insuficientes na direcção para dar cobertura as actividades da Direcção.

Capítulo 5 – Reforçar as relações externas e de cooperação e preservar a soberania nacional

São domínios de intervenção deste capítulo: i) Política externa e Cooperação Internacional; ii) Defesa; iii) Mar ; iv) Administração interna.

Política Externa Cooperação Internacional

A diplomacia e a cooperação internacional constituem vectores fundamentais da política do Estado são-tomense na perspectiva de atrair amigos, divulgar a imagem do país e conquistar espaço de intervenção. Neste sentido as medidas adoptadas pelo governo centram-se no domínio de política externa e cooperação internacional, onde a prioridade é reforçar a presença do País na área internacional, recuperar a credibilidade e a imagem do País no estrangeiro e realizar a diplomacia económica, em prol do desenvolvimento nacional.

No domínio de Cooperação internacional foram programadas as seguintes medidas: i) Reforço de cooperação e da presença nas organizações internacionais; ii) Reforço da cooperação estratégica entre os diferentes agentes envolvidos no processo de internacionalização; iii) Criação da Agência Nacional de Cooperação Internacional. Neste sentido as realizações no período em análise concentraram-se em:

1. Reforço da cooperação e da presença nas organizações internacionais

- Foi elaborado o TDR detalhado para o centro de língua inglesa e submetido aos parceiros para mobilização de financiamento com vista a melhorar as condições para comunicação e integração na região, através da língua inglesa;
- Foi assinado com Portugal o Programa Estratégico de Cooperação;
- Foi aprovado o relatório de avaliação do PIC 2012-2015;
- Elaborado o PEC 2016-2019, com Portugal, visando reforçar a capacidade institucional para boa governação e implementação de acções que concorrem para o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza;
- Foi validado o projecto de Acordo de Ajuda Alimentar com Japão para o ano 2017;
- Entrada em funcionamento da UCA, visando recolha e análise dos dados relativos aos fluxos da APD;
- Foi elaborado o relatório sobre Parceria Global para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento;
- Procedeu-se a especialização e aperfeiçoamento dos quadros DCI;
- Seguimento e revisão a meio percurso do programa 2012-2016 com a UNICEF;
- Elaborado o Programa de Cooperação 2016-2019 com UNICEF;
- Participação em reuniões ordinárias da Cooperação na CPLP.

2. Criação da Agência Nacional de Cooperação Internacional

- Foi criada a Comissão Instaladora da Agência e concluída a elaboração dos documentos jurídicos, grelha salarial e organograma. Estes documentos foram submetidos ao Governo para aprovação.

Constrangimentos:

- ❖ Dificuldade na identificação de um local para construção ou reabilitação de um edifício para ANCI;
- ❖ Externalidades que provocam redução do pessoal técnico da DCI;
- ❖ Articulação pouco eficiente com Direcção do Orçamento e departamentos ministeriais e municipais que gerem a cooperação.

Recomendações:

- ❖ A Comissão Instaladora deverá produzir um relatório apontando alternativas para sede da Agência;
- ❖ Acelerar o processo de arranque da Agência Nacional de Cooperação Internacional.

Defesa

As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) têm um papel fundamental na garantia da Defesa e Segurança do Território Nacional, face aos novos desafios que a globalização impõe às pequenas nações insulares.

Neste contexto, das medidas e acções previstas para 2016, produziram os seguintes resultados:

1. Reabilitação e modernização de equipamentos e infra-estruturas militares:

- Concluída a revisão da rede eléctrica do edifício de Ministério Defesa;
- Em curso a reabilitação do quartel da RAP;
- Foram adquiridos fardamentos e botas para os militares, e desta forma melhorar a capacidade operacional e de intervenção das forças.

2. Participação activa das Forças armadas em missões de interesse público, como apoio à protecção civil e fiscalização marítima:

- Patrulhamento conjunto entre as forças armadas e polícia nacional tem sido feita nas ruas e localidades do país de forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

Mar

O mar de STP, dado a sua dimensão e fonte de recursos nele existente, mormente pesqueiro e outros, deve ser valorizado como fonte de oportunidades para o desenvolvimento, mas constitui também riscos e ameaças. Neste sentido, no quadro das prioridades estabelecidas pelo governo para o sector, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Está em curso a elaboração de uma estratégia de segurança marítima;
- Reforço de serviço de informação estratégica;
- Foi feita a Manutenção do farol da captação dos Portos de forma a equipar todas as orlas marítimas e outros sinais luminosos de apoio a todos os meios navegantes;
- Concluída a reabilitação da casa do Comandante da Região Autónoma do Príncipe;

Administração interna

A segurança e a protecção de pessoas e bens é a garantia da estabilidade social, neste âmbito foi programado como objectivo do sector, prevenir, combater e reprimir a criminalidade, com ênfase na criminalidade violenta e organizada, causadora de pânico social. Para atingir este objectivo foram programadas medidas e acções das quais se destacam as seguintes realizações neste semestre:

1. Implementação de medidas legislativas e operacionais de prevenção e de combate à criminalidade

- a. Foi elaborado um plano de segurança conjunto das distintas forças, nomeadamente: PIC, Imigração fronteira, Exército e Polícia nacional, financiado pelo governo visando reduzir a criminalidade organizada e os assaltos.
- b. Foi aprovado à lei-quadro da política criminal, lei de investigação criminal e lei que cria uma nova polícia Judiciária, em substituição da actual PIC.
- c. Elaborado o plano estratégico interno para diminuição da sinistralidade rodoviária.

2. Formação e Capacitação

- Reforçada a capacidade de recursos humanos (PN, UPDE, e SNPCB) para melhoria das suas intervenções.

3. Construção e reabilitação de infra-estruturas

- Concluídas as obras de edifício do comando distrital de Caué, Lembé e Mézochi;
- Reabilitado e adaptado uma esquadra de polícia na Ribeira Afonso;
- Aquisição e instalação de centros de comunicações em todos os Comandos Distritais e Regional da Policia Nacional;

4. Aquisição de materiais e equipamentos para serviços de bombeiros

- Adquirido meios de transportes, materiais de aquartelamentos e fardamentos visando a garantia e maior mobilidade das FSS (viaturas, carros de combate ao incêndios, motorizadas e outros meios)

5. Realização do recenseamento eleitoral e eleições presidenciais

- O processo organizativo para as eleições concluído.

Boa Governação:

Em termos de realização, houve um esforço do governo em continuar com acções de reforço da capacidade institucional à vários níveis, tais como aquisição de equipamentos e meios rolantes para os sectores mais necessitados, realização de ateliês de capacitação interna e participação de quadros em seminários de formações e conferências no exterior.

III. Conclusões

Apesar de 2016 ter sido um ano difícil devido ao contexto nacional (eleições presidenciais) e internacional (crise financeira), constata-se que há um esforço do Governo para implementação das medidas de política e acções programadas nas GOP, como podemos observar na análise das realizações nos diferentes domínios que compõe cada eixo do GOP.

É de sublinhar que, nos vários domínios, particularmente na saúde, água e saneamento, educação, formação, cultura, Agricultura, Pesca, algumas iniciativas descentralizadas foram realizadas através do Poder Local e ONGs.

Pese embora os resultados, os sectores confrontam-se com vários constrangimentos que os impossibilitam a acelerar a implementação das acções planificadas. Neste contexto, realçamos os constrangimentos mais relevantes e que são comuns a todos os sectores tendo em conta que os constrangimentos específicos foram citados nos respectivos domínios de intervenção, em função da sua relevância.

IV. Constrangimentos

1. Insuficiência de recursos (humanos, técnicos e financeiros);
2. Desbloqueamento tórdio dos fundos oriundos do OGE;
3. Inexistência de estruturas sectoriais funcional, que respondam pela coordenação de planificação e seguimento das políticas;
4. Inexistência de uma estrutura de gestão do PNASE.

V. Recomendações

1. Reforço de comunicação intersectorial e intra-sectorial;
2. Criar ou tornar funcionais as estruturas de coordenação de planeamento e Seguimento sectorial;
3. Melhorar a capacidade nacional para mobilização de recursos internos;
4. Disponibilizar atempadamente as verbas orçamentadas para os programas e os projectos programados;
5. Programar recursos de fontes que oferecem alguma garantia de efectivação;
6. Consolidar o processo de inserção dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal na alimentação escolar;
7. Criar um Instituto, uma Agência, ou uma fundação, sob a tutela do MECC para Gestão do PNASE.

VI. Anexo

Anexo nº 1: Enquadramento dos projectos do PIP
às medidas das GOP 2016

Eixos das GOP	Capítulos das GOP	Domínios	Medidas/Ações	Projectos PIP	Valor Programado	Valor executado 4º Trimestre	% realiz	Responsável (UGP)
					Total	Total		
Eixo I - Aposta no crescimento económico gerador de emprego	1º Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza	Turismo	Rever/adequar o quadro legal/institucional para o desenvolvimento do turismo;					
			Simplificação do processo de concessão de vistos a turistas;					
			Desenhar e implementar instrumentos financeiros para projectos ligados à melhoria da oferta turística					
			Promover campanhas de divulgação e de marketing do país;	Participação nas Feiras Internacionais de Promoção Turística de Berlim e Londres	735.000.000,00	735.000.000,00	100,00%	Dir. Geral do Turismo e Hotelaria
				Semana Nacional de Turismo	900.000.000,00	451.967.000,00	50,22%	Dir. Geral do Turismo e Hotelaria
				Promoção e Animação Turística	980.000.000,00	980.000.000,00	100,00%	Dir. Geral do Turismo e Hotelaria
				Participação da Feira Internacional em Taiwan	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	100,00%	Dir. Geral do Turismo e Hotelaria
Requalificar os sítios de Interesse turístico;	Reabilitação de sítios de Interesses turísticos	980.000.000,00	71.508.094,95	7,30%	Dir. Geral do Turismo e Hotelaria			

			Reforçar a capacidade técnica do sector				
Agricultura	Reforço do programa de desenvolvimento rural integrado	Projecto de reorganização dos assuntos fundiários	825.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção dos Assuntos Fundiários	
		Requalificação das casas comboio nas comunidades agrícolas	6.000.000.000,00	3.814.290.581,19	63,57%	Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	
		Programa PAPAC	31.000.000.000,00	0,00	0,00%	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural - CADR	
	Incentivo ao aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola, através de implementação de fileiras de produção	Incremento da produção e da produtividade nas parcelas agrícolas	3.000.000.000,00	2.854.891.000,00	95,16%	Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	
		Projecto de desenvolvimento de culturas alimentares	9.413.604.800,00	1.994.761.040,00	21,19%	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural - CADR	
	Construção e reabilitação de infraestruturas de apoio à produção agrícola;	Reabilitação das Infraestruturas de apoio à segurança alimentar	28.630.645.360,00	500.000.000,00	1,75%	DAF-Agricultura / Direcção Geral das Pescas	
	Introdução de novas tecnologias para o aumento da produção hortícola e frutícola;	ETACV - Transformação agrícola e a Cadeia de Valores	7.291.383.750,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural	

Reforço do abastecimento de insumos agrícolas	Projecto de abastecimento de insumos agrícolas	5.775.000.000,00	2.687.263.262,50	46,53%	Dir. Estudo e Planeamento
Construção e reabilitação de sistema de irrigação e à construção de represas para retenção de água destinada à irrigação	Construção de represas (Pequenas barragens para irrigação)	5.200.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
Formação e capacitação de extensionistas e agricultores em técnicas de gestão agrícola	Programa de extensão rural	4.300.000.000,00	3.354.806.200,00	78,02%	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural - CADR
Instalação dos centros de compostagem, de abrigos e estufas em algumas comunidades					
Implementação de Central Hortofrutícola	Projecto de horticultura urbana e periurbana	9.614.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
Reforço de capacidade do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT)	Dignóstico para Acreditação do CIAT	3.062.500.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural
Projecto sem medida	GCP/RAF/479/ AFB - Reforço da contribuição dos produtos florestais não lenhosos na segurança alimentar	4.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural
Projecto sem medida	GCP/RAF/483/BRA Fortalecimento do programa de nutrição escolar em África	3.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural

			Projecto sem medida	GCP/SFC/001/MUL - Segurança alimentar reforçada nos meios urbanos na África Central	4.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural	
			Projecto sem medida	TCP/STP/3501 - Promoção da integração agropecuária e florestal nas pequenas e micro explorações agrícolas	4.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural	
			Projecto sem medida	TCO/STP/3502 - Apoio à conservação e melhoria da qualidade do solo em Mézochi	4.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural	
			Projecto sem medida	Programa de reforço das capacidades. Melhor de funcionamento serviços	2.932.500.000,00	2.928.950.000,00	99,88%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural	
	Pecuária	Aumento de quantidade e qualidade de produção animal através das seguintes acções:							
		•Intensificação da produção avícola							
		•Reforço da assistência técnica e extensão rura							
		•Produção local de ração animal							
		•Reforço de formação e sensibilização dos criadores de animais			Projecto de apoio ao melhoramento da produção animal	3.099.565.000,00	817.033.000,00	26,36%	Dir. Pecuária
		•Desenvolvimento de associação e de cooperativas agropecuária							
•Melhoria do quadro legal e institucional									

			•Reforço da protecção sanitária através de campanhas de vacinação e na melhoria do acesso das comunidades e criadores aos medicamentos					
			Reforço de capacidade técnica e institucional do sector agropecuário	Projecto - curso de capacitação e iniciação básica para os apicultores/ criadores/ agricultores	545.540.204,00	328.429.207,00	60,20%	CATAP
			Projecto sem medida	Recenseamento geral agropecuário	7.000.000.000,00	500.000.000,00	7,14%	Dir. Estudo Planeamento do Min. Agric
			Projecto sem medida	Missão técnica Taiwanesa - Proj. Cult. Alim. + Suinicultura	34.616.084.000,00	0,00	0,00%	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural
		Floresta biodiversidade	Actualização da Estratégia Nacional e Plano de Acção para a protecção da biodiversidade em São Tomé e Príncipe					
			Reforço de fiscalização e luta contra abate ilegal de árvores	Ambiente e desenvolvimento sustentável	6.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Agri. Desen. Rural
			Reforço da capacidade técnica e material do sector das flores e do Parque Obô					
			Actualização e validação do Plano de Desenvolvimento florestal de São Tomé e Príncipe,					
			Reforço da capacidade técnica e institucional da Direcção do Parque Obô					

Pesca	Realização do 3º Inventário Florestal Nacional.					
	Aprovação e implementação de um Plano Director das Pesca					
	Criação de infraestruturas de desembarque, conservação e comercialização de peixe;					
	Melhoria das condições higiénico-sanitárias dos produtos de pesca	Projecto de Melhoria das condições higiénico-sanitárias dos produtos de pesca	8.575.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das Pescas
	Organização das comunidades piscatórias					
	Reforço da assistência técnica e financeira às comunidades piscatórias;					
	Reforço da formação vocacional e desenvolvimento de aptidão dos jovens das comunidades piscatórias					
	Implementação da prática da inspeção de navios estrangeiros no âmbito dos acordos de pesca;	Embarque de observador a Bordo	612.500.000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das Pescas
	Recenseamento da frota de pesca artesanal e semi-industrial do país	Programa de Promoção de pesca Artesanal	8.200.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das Pescas
		Projecto de Sistema de estatística de pesca	367.500.000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das Pescas
Promoção do desenvolvimento de aquacultura						

			Criação de infraestruturas de desembarque, conservação e comercialização de peixe	Projecto de reabilitação de infraestruturas de apoio a segurança alimentar (PRIASA)	30.000.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção Geral das Pescas
	Comércio		Incrementar o Fundo de Estabilização de preços	Apoio ao Incremento do Fundo de Estabilização de preços	1.985.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral do Comércio
			Prosseguir com o Quadro Integrado reforçado	Quadro Integrado reforçado TIER I	7.350.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral do Comércio
			Reforçar o processo de integração regional ao nível da "CEEAC" e da "CEMAC" e no sistema comercial multilateral					
			Acelerar o processo de adesão a Organização Mundial do Comércio;					
			Reforçar o mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade	Meios e Equipamentos para DRCAE	385.000.000,00	264.000.000,00	68,57%	DRCAE
			Adoptar medidas de facilitação do comércio-África Trade Fund	Facilitação de Comércio-Africa Trade Fund	10.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. De MECI
			Projecto sem medida	Construção de 2 mercados	15.000.000.000,00	0,00	0,00%	DAF- MIRNA
		Indústria		Acelerar o desenvolvimento da agro-indústria nacional;				
			Criar o sistema nacional de inovação e de transferência de tecnologias					
			Definir e promover a "Marca São Tomé e Príncipe"	Marca São Tomé e Príncipe	1.675.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Indústria

Sector privado e atracção de investimento

Implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor					
Promoção de incubadoras de empresas junto às universidades, aos centros de formação e de organizações representativas do sector privado					
Cocepção e implementação de um sistema simplificado de formalização de empresas em matéria de procedimentos administrativos, registos contabilísticos e enquadramento fiscal					
Desenho e implementação de instrumentos financeiros orientados para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), através de linhas de crédito especiais, etc..					
Desenho e implementação do programa de desenvolvimento de competências para gestores e trabalhadores de MPME					
Implementação da reforma regulamentar, legislativa e institucional inerente à melhoria do ambiente de negócios	Criação e Revisão do Quadro Legal e Regulamentar	1.715.000.000,00	220.500.000,00	12,86%	APCI
Definição e mapeamento de zonas de investimento					
Criação do Gabinete do Investidor					

			Promoção do programa Uma Região, Um Produto (URUP)					
			Definição e implementação de um plano para a convergência técnico-normativa com os mercados alvos					
			Criação de infra-estruturas legal e fiscal "do-bussiness-easy" em áreas específicas					
			Projecto sem medida	Forum empresarial de África Central	700.000.000,00	232.526.000,00	33,22%	Encargos Gerais do Estado
			Projecto sem medida	Apoio institucional à melhoria do ambiente de negócio	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Encargos Gerais do Estado
		Petróleo	Projecto sem medida	Transferência para Agência Nacional de Petróleo	7.000.000.000,00	6.816.666.666,59	97,38%	Agência Nacional de Petróleo
		Administração Pública	Melhorar o acesso à informação e à participação pública					
			Simplificar e desburocratizar a administração pública					
			Concluir a revisão do Estatuto da Função Pública e assegurar a sua aplicação;					
			Promover a profissionalização e melhorar as condições de trabalho dos funcionários Públicos					

			Regularizar as situações dos trabalhadores dos Função Pública, que se encontram em situações Contratuais;					
			Reestruturar a Administração Pública em função da capacidade interna de financiamento e das especificidades de cada serviço (organismos integrados, organismos com ou sem autonomia administrativa, organismos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial);					
			Proceder à racionalização das estruturas administrativas					
		Planeamento	Reforçar a capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projetos de desenvolvimento;					
			Melhorar o processo de conceção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas;					
			Implementar a Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento;					
			Elaborar um novo plano nacional de desenvolvimento de médio prazo					
			Reforçar a capacidade de gestão de políticas públicas baseadas em resultados					

2.º Reforçar a gestão das finanças públicas	Estatística	Criação de unidade de planificação e gestão sectorial					
		Proceder o enquadramento do pessoal técnico e institucional					
		Reforçar capacidade de análise científica	Assistencia técnica de apoio a determinação de novo Cabaz IPC	837.230.000,00	0,00	0,00%	INE
		Promover a difusão e utilização de dados	Realização da conjuntura qualitativa	68.439.000,00	0,00	0,00%	INE
			Levantamento cartográfico, cadastro nacional de endereço	315.942.000,00	0,00	0,00%	INE
			Missão de Continuação do ERETES - Contas Nacionais	524.260.692,00	0,00	0,00%	INE
	Finanças	Modernização dos sistemas de informação e da contabilidade pública	Implementação do SAFE	5.000.000.000,00	379.430.955,74	7,59%	DAF Finanças
		Reforma do quadro orçamental					
		Promoção de mecanismos de prestação de contas e de combate à corrupção					
		Promoção de uma gestão eficaz e transparente da coisa Pública;	Projecto de apoio à gestão económica e financeira - PAGEF	26.130.679.750,00	0,00	0,00%	DAF das Finanças
			Apoio institucional à boa governação	4.433.560.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Fin. Ad. Pública
			Projecto de melhoria à gestão das finanças públicas	1.389.871.242,00	0,00	0,00%	DAF das Finanças

			Reforço de capacidade institucional da Unidade de Informação Financeira;					
			Reforço do sistema de prevenção e combate a branqueamento de capital e financiamento ao terrorismo					
			Aumento de fiabilidade do Sistema Financeiro Nacional	Apoio institucional à Direcção dos Impostos e à IGF	715.000.000,00	264.551.931,00	37,00%	DAF das Finanças
			Reforço da estratégia de consolidação das contas públicas					
			Reforço das actividades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência nas administrações fiscal e aduaneira;					
			Promoção e o alargamento da base tributária e das receitas fiscais;					
			Combate à evasão fiscal, através de uma estrutura mais progressiva do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)					
			Simplificação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC);					
			Aceleração do processo de modernização dos procedimentos aduaneiros;					
			Diversificação dos produtos bancários de financiamento disponíveis para as empresas;					
			Melhoria das condições de acesso ao crédito					

			Consolidação do processo de adequação da legislação, regulação, supervisão e inspecção do sistema financeiro;					
			Consolidação do alinhamento do país com as boas práticas internacionais em matéria de reporte financeiro;					
			Melhoria da gestão do risco financeiro visando a redução do custo do dinheiro e consequentemente das taxas de juro dos financiamentos, através das seguintes acções:					
			• Implementação de uma unidade de acompanhamento e gestão pró-activa do risco-país para alargar as opções de financiamento junto dos mercados internacionais;					
			•Gestão centralizada de informações de crédito a pessoas singulares e coletivas (central única de informações de crédito e central de colaterais, sob a gestão do Banco Central e/ou de entidades independentes, devidamente licenciadas e reguladas);					
			•Promoção de mecanismos de partilha de riscos (sistemas de garantia mútua, fundos públicos de garantia dirigidos a sectores estratégicos);					

3º Investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais	Porto	<ul style="list-style-type: none"> •Programa de formação e capacitação de empresários, gestores e empreendedores em gestão financeira, gestão de riscos e relacionados; 					
		Promoção da inovação e da concorrência no sistema financeiro, através da aprovação/revisão de Lei de Bases do Sistema Financeiro e outros diplomas complementares, para atrair/incentivar o surgimento de novos operadores e/ou produtos alternativos (tais como fundos de capital de risco, “business angels”, “factoring” ou “leasing”);					
		Reforço de controlo, melhoria eficiência e transparência na gestão da dívida pública					
		Projecto sem medida	SPAUT - Sistema de pagamento electrónico	10.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Fin. Ad. Pública
		Projecto sem medida	Aquisição de bens e equipamentos para o MPF	900.000.000,00	732.226.000,00	81,36%	DAF - MFAP
		Projecto sem medida	Melhoria das instalações do Ministério das Finanças	963.215.000,00	72.155.000,00	7,49%	DAF- Finanças
		Modernização e operacionalização do porto de Ana Chaves, através das seguintes acções:					
	<ul style="list-style-type: none"> •Aquisição de equipamentos operacionais e de segurança 						
	<ul style="list-style-type: none"> •Construção e reabilitação de infraestruturas 						

			•Reforma de quadro legal e institucional						
			Aeroporto	Modernização e operacionalização do aeroporto internacional de são Tomé e Príncipe, através das seguintes acções:					
				•Extensão progressiva da pista do aeroporto					
				•Melhoria do sistema de iluminação e de sinalização					
				•Aquisição de equipamentos de apoio a navegação					
				•Reabilitação e apetrechamento da torre do controlo	Apetrechamento da novo torre de observação meteorologica do aeroporto internacional de São Tomé	1.000.000.000,00	261.120.949,34	26,11%	Instituto Nacional de Meteorologia-INM
				•Reforço de capacidade técnica profissional aos técnicos do INAC e da ENASA;					
				Certificação do aeroporto internacional de são Tomé e Príncipe					
			Energia	Aumentar a capacidade de produção e de distribuição de energia	Extensão e Requalificação de Rede Eléctrica	4.773.131.500,00	0,00	0,00%	Governo RAP
					Central chave na mão com 3 motores ABC 750 rpm 2,5 MVA 0,4 KV	30.459.453.000,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
				Aumentar a eficiência energética	Stock de peças para Manut. Da Central de S. Amaro	5.700.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
					Gestão da Central Eléctrica de Stº Amaro	11.443.771.322,50	0,00	0,00%	DAF - MIRNA

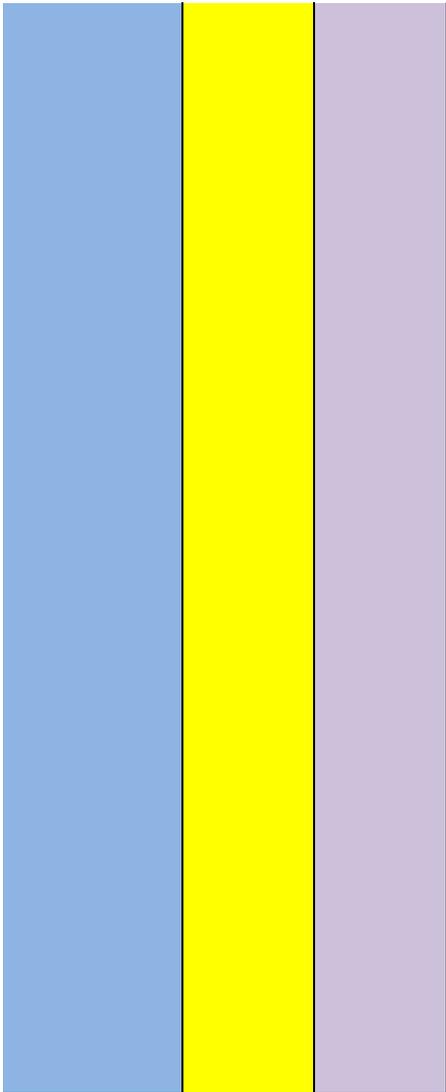
			Manutenção da central eléctrica	15.925.156.940,79	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
			Incentivar a produção de energia hídrica e solar				
			Promover a construção de uma central a GLP				
			Construção da Linha da saída SE1 para PT Olaria com alteração 6 para 30 KV numa extensão de 13 Km	20.685.538.454,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
			Renovação da linha aérea 30 KV, complemento e reforço do anel de PT'S KILOM	18.895.307.681,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
			Substituição da linha aérea a 30 KV Stº Amaro-P24 P/20MW e L Subt 30 KV P-24-Central S. Tomé p/10MW	38.154.780.941,20	27.972.713.300,00	73,31%	DAF - MIRNA
			Requalificação do Edifício ex-central Electica -RAP	4.500.000.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP
			Reabilitação da rede eléctrica de distribuição em baixa	67.317.700.865,00	0,00	0,00%	DAF - MIRNA
		Água	Melhorar o acesso e a qualidade de água para todas pessoas e para todos os fins i.e., programa nacional de aprovisionamento de água através das seguintes acções				
			•Aumento de captação de água	Proj. Construção e Reab. do Sist. Abas. Água em zona Monte	17.369.337.725,00	13.771.451.221,77	79,29%

			Projeto de Reab.sist. Abas. Água Santana e arredores - Fase I	11.000.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Recursos Naturais e Energia	
			Proj. de criação de Balcão de Água na Autaquias locais e na RAP	2.900.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral dos Recursos Naturais e Energia	
			Projecto de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água na cidade de Neve	18.623.619.231,00	8.623.619.231,00	46,30%	DAF- MIRNA	
			Projecto de de reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água de Rib. Afonso	12.936.228.055,00	4.953.933.104,00	38,30%	Dir. Geral dos Recursos Naturais e Energia	
			Projecto Constr./Exten. Sistema de abastecimento de água Obolongo (Rio Manuel Jorge) - Fase I	16.566.518.771,00	16.385.417.936,96	98,91%	Dir. Geral dos Recursos Naturais e Energia	
			•Aumento e melhoria na rede de distribuição de água	Abastecimento de Água Potável as Populações	1.300.000.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP
				Apoio ao Serviço de Exploração, Cadastro das redes e Controlo das Perdas de Água	2.800.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral dos Recursos Naturais e Energia
				Reabilitação da rede de água/EN3	6.017.705.049,00	0,00	0,00%	DAF- MIRNA

			•Realização de campanha para mudança de comportamento visando o uso mais racional dos recursos hídricos	PNAEPAR - Programa Nacional de Aproveitamento de Água Potável e saneamento de Meio Rural	20.179.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. MIRNA
			Projecto sem medida	Monitorização dos dados da Estratégia Participativa de Água e Saneamento 2030	1.575.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Recurso Naturais
			Projecto sem medida	Recuperação do sistema de água	5.082.462.642,36	5.082.462.642,36	100,00%	Dir. Recurso Naturais
			Recolha e tratamento regular de lixo urbano, em parceria com as Camaras Distritais					
		Telcomunicações		Evento Kitembú Digital	700.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto de Inovação e Conhecimento
			Generalização do acesso, consolidação e actualização dos espaços de acesso público à Internet	Blackbone e fibra óptica - INIC	16.085.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto de Inovação e Conhecimento
				STP em Rede	6.000.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto de Inovação e Conhecimento
				Reforço do quadro institucional, legal e regulamentar para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação em São Tomé e Príncipe.				

Transporte Terrestre

Construir novas redes viárias	Construção das Estrada Stº António II(0,8 km)	5.942.500.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP
	Construção de Estrada que liga Ôque-Del- Rei/ Boa Morte	14.779.132.197,50	0,00	0,00%	INAE
	Construção de Estrada Palha- Margarida Manuel	7.565.992.500,00	0,00	0,00%	INAE
	Construção de Troço de Estrada Igreja Penha- Correia/ O. Izaquente	12.000.000.000,00	5.000.000.000,00	41,67%	INAE
	Construção da estrada Rio Lima/Gleba/ Capela	3.000.000.000,00	0,00	0,00%	INAE
Prosseguir com medidas de modernização, ampliação de rede viária actual;					
Reforçar o programa de manutenção e reparação das estradas;	Requalificação dos Arruamentos da cidade de Sto. António (5,5km)	7.249.150.000,00	1.500.000.000,00	20,69%	Governo RAP
	Manutenção Extraordinária- GIME	8.800.000.000,00	0,00	0,00%	INAE
	Manutenção extraordinária/estrada	4.532.000.000,00	0,00	0,00%	INAE
	GIME - Urbano	22.852.500.000,00	6.063.125.000,00	26,53%	INAE
	Reabilitação da estrada S. Finícia - Pinheira	5.184.309.674,00	1.576.829.054,10	30,42%	INAE
	Reab. Dos Arruamentos da cidade de Sto. António	48.214.286.385,48	12.160.626.270,00	25,22%	INAE



Estrada- Stº António/Porto Real (3,9)	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00	100,00%	Governo RAP
Reabilitação da Estrada Nacional Nº3 (EN3)	40.000.000.000,00	13.000.000.000,00	32,50%	INAE
Requalificação de troços de Estrada	4.471.250.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP
Reabilitação Da Estrada EN3/ Comando Distrital de Mé-Zochi	735.000.000,00	734.843.200,00	99,98%	INAE
Requalificação / Lote Conde / Micoló/ Fernão Dias	28.380.402.678,00	6.471.860.453,70	22,80%	INAE
Reab. Pista Rurais- GIME	10.075.520.900,00	0,00	0,00%	INAE
Requalificação/ Lote 2 aeroporto/ Praia Gamboa	30.764.683.956,60	5.305.546.639,11	17,25%	INAE
Requalificação da EN2 (Av.Kwame Nkrumah) Ribeira Peixe	10.000.000.000,00	6.644.815.152,50	66,45%	INAE
Conclusão das obras do passeio na cidade capital e arredores / Lote I à Lote XIV	1.254.000.000,00	1.253.556.990,61	99,96%	Dir. Obras Públicas
Requalificação da EN1/ Conde /Gleba	3.100.000.000,00	479.298.912,50	15,46%	INAE
Requalificação da EN1/Cemitério de Santo Amaro	2.500.000.000,00	1.054.951.750,00	42,20%	INAE
Reabilitação de estrada de acesso ao cemitério de Madalena - GIME	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	INAE

4º Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente		Reabilitação Água Creola/ Batepá (4km)	2.383.291.250,00	1.668.303.875,00	70,00%	INAE
		Reabilitação do troço de estrada de Zandrigo Santana danificada pelo projecto de água	1.050.000.000,00	0,00	0,00%	INAE
		Requalificação da estrada/ Pantufo/ S. Marçal	1.002.911.000,00	1.002.911.000,00	100,00%	INAE
		Requalificação da estrada que liga Folha Fede/ S. Finícia	2.115.959.900,00	0,00	0,00%	INAE
		Implementação do serviço público de transportes				
	Projecto sem medida	Construção do muro de contenção na subida do Hospital Central	10.796.228.677,50	10.796.228.677,50	100,00%	INAE
	Elaboração do plano de ordenamento do território	Plano Nacional de Ordenamento de Território	44.812.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. MIRNA
	Valorização da envolvente urbana e promoção da sustentabilidade dos projectos de urbanismo;					
	Atualização do quadro legal e institucional	Apoio Institucional à Boa Governação	580.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. MIRNA
	Reforço de capacidades técnicas e materiais	Aquisição de meios rolantes para DOPU	2.000.000.000,00	1.000.000.000,00	50,00%	Gab. MIRNA
Construção de aterros sanitários e incineradoras;						
Requalificação do pavimento de talude e proteção costeira da EN1						
Reabilitação das pontes sobre os rios Agua-grande, Lembá e Cantador;	Reparação da Ponte sobre Rio Lembá	17.975.378.815,00	17.975.378.814,60	100,00%	INAE	

			Reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras					
Saneamento	Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico,	Drenagem e Saneamento do Meio -Mé Fidel e Lenta Pia	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP		
		Avaliação dos Resultados das Campanhas Anteriores de Construção de Latrina e Atualização do Manual	1.900.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Recurso Naturais		
		Programa de Construção de Infraestrutura de saneamento Autónomo	3.025.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Recurso Naturais		
	Manutenção e limpeza de canais	Drenagem adjacente da escola Dona Maria de Jesus	608.225.240,00	0,00	0,00%	INAE		
		Manutenção, Limpeza e saneamento de canais	4.920.000.000,00	4.823.725.850,00	98,04%	Encargos do Estado		
	Desassoreamento dos rios	Limpeza e Desassoreamento de Rio/ Distrito de lembá	4.058.000.000,00	2.105.320.000,00	51,88%	INAE		
	Recolha e tratamento regular de lixo urbano, em parceria com as Camaras Distritais							

		Meteorologia	Aquisição e instalação de uma estação meteorológica marítima, para a previsão do estado do tempo no mar					
			Aquisição de um radar para Previsão de Tempo para fins aeronáuticos	Aquisição de consumíveis para novas estações clássicas do projecto de Red...	400.000.000,00	0,00	0,00%	Inst. Nac. De Meteorologia - INM
			Projecto sem medida	Instalação do sistema de vigilância no terminal de passageiro no aeroporto internacional de São Tomé	5.695.252.825,32	4.373.926.500,00	76,80%	ENASA
		Ambiente	Projecto sem medida	Ambiente e desenvolvimento sustentável	98.492.000.000,00	0,00	0,00%	Dir Geral Ambiente
TOTAL EIXO I					1 177 948 708 975,25	219 042 922 464,02	18,32%	
		Educação e formação	Persistir na educação para todos	Alfabetização Solidária	1.263.600.000,00	1.204.000.000,00	95,28%	Dir. Ensino Técnico-profissional e da educação de jovens e adultos
				Projecto Escola +	7.540.000.000,00	0,00	0,00%	Ministério de Educação Cultura e Ciência

Eixo2 - aposta na Coesão Social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe

1.º Valorizar o capital humano e reforçara a boa governação

	Projecto piloto de ensino em lingua portuguesa	1.500.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral de Planeamento e Inovação Educativa
	Escola piloto em Libreville	600.000.000,00	600.000.000,00	100,00%	Dir. Ensino Básico
Concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário para todos	Apoio ao alargamento do ensino Pré-escolar	1.438.038.770,00	679.562.771,00	47,26%	Dir. Pré-escolar
Reforçar a acção social escolar	Financiamento da Cantina escolar	13.000.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral de Administração Escolar
Melhoria da qualidade do ensino técnico profissional	Apoio ao Centro de Formação Profissional	2.470.000.000,00	0,00	0,00%	Centro.formação Prof de STP

Melhorar a oferta do ensino especial	Ensino Especial	700.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral de Planeamento e Inovação Educativa
Melhorar a oferta de tecnologias de informação e telecomunicação nas escolas;	Escola em Rede	3.121.250.000,00	3.121.250.000,00	100,00%	Min. Educação, cultura e Ciência
Melhorar o sistema de informação e gestão escolar					
Acelerar a educação em São Tomé e Príncipe através de um programa de melhoria da educação (melhoria da gestão escolar, supervisão pedagógica, sistema de avaliação, motivação dos alunos, valorização dos profissionais	Olimpíadas de Matemática da CPLP	850.000.000,00	0,00	0,00%	Universidade Pública de STP
	Programa de valorização do professores	100.000.000,00	100.000.000,00	100,00%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
	Formação dos professores para melhoria do sistema do ensino	2.500.633.132,00	0,00	0,00%	Universidade Pública de STP
	Prémio Nacional dos Professores	150.000.000,00	150.000.000,00	100,00%	DAF.do Min. Educação Cultura e Ciência
Implantar um sistema de inspeção e supervisão do Ensino Superior					
Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento de um ensino superior de qualidade	Bolsa de Estudo	6.200.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Ensino Superior e Ciência
Desenvolvimento do sistema de investigação e de inovação tecnológica mediante o	Formação de profissionais em Engenharia	1.450.000.000,00	0,00	0,00%	Universidade Pública de STP

estabelecimento centros de excelência dedicados a programas específicos de investigação e de desenvolvimento e de reforço da capacidade	Aquisição de reagentes e equipamentos para laboratórios	3.100.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral de Admin. escolar	
	Formação do profissionais em ciências agrárias	1.900.000.000,00	0,00	0,00%	Universidade Pública de STP	
	Mestrado em Ciência de Educação com o ISP de Lisboa	1.682.400.000,00	0,00	0,00%	Universidade Pública de STP	
	Projecto sem medida	Aquisição de moveis escolares	18.719.000.000,00	8.680.808.803,37	46,37%	Dir.Geral.deAdm in Escolar
	Projecto sem medida	Construção de 20 salas de aulas em S. Marcos - Fase I	19.151.839.000,00	3.286.337.245,01	17,16%	Dir.Geral.deAdm in Escolar
	Projecto sem medida	Construção de jardim de infância Alto D´Ouro	1.600.000.000,00	0,00	0,00%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
	Projecto sem medida	Construção e reab. De casas de banho nas escolas	785.000.000,00	281.408.042,50	35,85%	Dir.Geral.de Admin Escolar
	Projecto sem medida	Reabilitação de infraestruturas escolares	28.257.736.428,24	5.537.513.490,94	19,60%	Dir.Geral.de Ensino Superior e Ciência
	Projecto sem medida	Construção do jardim de infância em Bobo - Forro e Milagrosa	4.779.645.287,21	4.328.607.401,27	90,56%	Dir.Geral.deAdm in Escolar
Projecto sem medida	Construção do jardim em Fernão Dias	1.963.656.082,00	1.708.030.951,68	86,98%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência	

Projecto sem medida	Construção da esola em Porto Alegre	5.608.216.245,25	2.454.383.408,65	43,76%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
Projecto sem medida	Construção de jardim de infância da Ribeira Peixe	1.980.051.780,00	188.674.448,50	9,53%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Construção de escola secundária básica 1º de junho	9.584.075.892,75	9.584.075.892,47	100,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Construção da escola Sec/Básica Trindade	10.082.236.558,00	1.155.196.314,60	11,46%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
Projecto sem medida	Reabilitação da escola Januário José da Costa	3.500.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Construção da escola básica em Agostinho Neto	504.000.000,00	0,00	0,00%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
Projecto sem medida	Conclusão de salas na Escola Básica Diogo Simão	3.166.422.274,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Construção de salas de aula nas escolas básicas	5.000.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Conclusão de salas de aula em Angra Toldo e Construção de murro de vedação	1.277.600.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
Projecto sem medida	Construção do Liceu em Lobata	32.337.644.251,50	32.337.644.251,50	100,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar

			Projecto sem medida	Construção da creche Quelux	398.555.945,00	0,00	0,00%	DAF. Min. Educação Cultura e Ciência
			Projecto sem medida	Construção do depósito de água nas escolas básicas e secundárias	5.600.000.000,00	0,00	0,00%	Dir.Geral.de Admin Escolar
		Saúde	Combate às doenças endémicas e não endémicas	Luta contra Paludismo	20.000.000.000,00	0,00	0,00%	Centro Nacional de Endemias
				Luta Contra Doença não transmissíveis	2.560.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
				Aquisição de Medicamentos para Portadores de HIV - Sida	2.500.000.000,00	1.041.278.949,07	41,65%	DAF- MS
				Programa de Combate à HIV	9.669.520.000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
				Programa de Combate à Tuberculose	2.027.420.000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
				Combate às doenças transmissíveis	3.120.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
				Programa de Combate à malária	72.112.500.000,00	0,00	0,00%	Gab. Ministra de Saúde
				Emergências sanitárias	500.000.000,00	371.460.231,45	74,29%	Dir. Cuidados de Saúde
Gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos								

Promoção da qualidade dos serviços, através de programa de captação e qualificação dos profissionais de saúde					
Reorganização e requalificação dos centros e postos de saúde;	Obras de reabilitação e Pintura dos Posto Sanitários	3.000.000.000,00	1.381.410.919,13	46,05%	DAF- Ministério da Saúde
	Melhoria dos sistema nacional de saúde	51.211.775.349,43	7.600.054.140,00	14,84%	DAF- Ministério da Saúde
Reforço de capacidade dos recursos humanos de saúde	Assistencia Técnica ao Sistema de Saúde	17.110.000.000,00	10.862.586.801,57	63,49%	Gab. de Ministra de Saúde/ Centro Hospitalar
Reforço de informação, educação e comunicação para saúde					
Melhoria de assistência infantil e imunização	Assistência infantil e imunização	620.000.000,00	620.000.000,00	100,00%	Dir. Cuidados de Saúde
	Saúde reprodutiva e saúde de mãe, recém nascido, criança e adolescente	2.626.375.000,00	606.000.000,00	23,07%	Gab. de Ministra de Saúde
Aprofundamento dos acordos de cooperação com Instituições no âmbito da saúde	Projecto Saúde para Todos	20.000.000.000,00	0,00	0,00%	Centro Hospitalar
	Contrapartida nacional do Fundo Global	3.898.990.001,00	1.500.000.000,00	38,47%	Centro nacional de Endemias
	Missão médica Taiwanesea	16.386.544.000,00	618.800.000,00	3,78%	Centro Hospitalar
Reabilitação e construção de infraestruturas de saúde	Ampliação do Hospital Manuel Q. Dias da Graça	7.000.000.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP

Construção de posto de Saúde de S. Finícia	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	Área de Saúde Me-Zochi
Construção do posto sanitário de Uba Budo	700.000.000,00	354.841.396,20	50,69%	Área de saúde de Cantagalo
Construção de casas para acolhimento de doentes e associados	4.000.000.000,00	1.123.201.109,73	28,08%	Gab. de Ministra de Saúde
Conclusão de postos sanitários de Madre Deus e Boa Morte	2.000.000.000,00	1.992.277.387,90	99,61%	DAF- Ministério da Saúde
Apetrechamento do centro de saúde de Lobata	1.353.000.000,00	0,00	0,00%	Área de Saúde de Lobata
Reabilitação do centro de saúde de angolares	1.700.000.000,00	756.649.862,85	44,51%	Área de saúde de Caué
Apetrechamento do centro de saúde de Me -zochi	5.094.005.831,00	1.068.245.660,00	20,97%	Área de Saúde Me-Zochi
Reabilitação de casas germinadas em Neves	453.000.000,00	0,00	0,00%	Área de Saúde de Lembá
Reabilitação da cobertura do edifício hospitalar de Neves	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Área de Saúde de Lembá
Reabilitação do murro de vedação da residência da delegada	400.000.000,00	0,00	0,00%	Área de Saúde de Lembá
Remodelação do edifício de maternidade do HAM	9.886.000.000,00	0,00	0,00%	Centro Hospitalar

Aquisição de materiais e equipamentos de saúde	Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00	100,00%	Centro Hospitalar	
	Aquisição de ambulâncias equipadas	8.613.456.000,00	2.348.746.400,00	27,27%	DAF- Ministério da Saúde	
	Aquisição de equipamento e material p/ manutenção de banco de urgência	7.000.000.000,00	0,00	0,00%	DAF- Ministério da Saúde	
	Aquisição de equipamentos para o laboratório de análises clínicas	2.814.582.295,00	318.010.000,00	11,30%	Centro Hospitalar	
	Aquisição de medicamentos e consumíveis de saúde	43.666.637.500,00	27.478.929.928,25	62,93%	DAF- Ministério da Saúde	
	Construção de centrais de incineração					
	Desenvolvimento de Software e de Infraestrutura de Gestão do Sistema Nacional de Saúde					
	Construção de uma central de oxigénio	Aquisição de botijas vazias e instalações de uma central de oxigénio no HAM	500.000.000,00	500.000.000,00	100,00%	Centro Hospitalar
		Aquisição de uma central de produção de oxigénio medical	1.513.610.000,00	1.513.610.000,00	100,00%	Centro Hospitalar
	Reestruturação, reorganização e apetrechamento dos serviços dos hospitais					
Projecto sem medida	Preparação, acompanhamento e resposta no sistema de saúde	5.280.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. de Ministra de Saúde	

			Projecto sem medida	Liderança e governação no sistema de saúde	600.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. de Ministra de Saúde	
			Projecto sem medida	Apoio aos doentes com problemas mentais	900.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Cuidados de Saúde	
		Segurança social e assistência social							
		Justiça	Promoção da simplificação, celeridade, e transparência do serviço público de Justiça, através das seguintes acções:						
			•Alteração dos procedimentos nos tribunais eliminação de trâmites, intervenções e passos burocráticos desnecessários;						
			•Eliminação de trâmites, intervenções e passos burocráticos desnecessários;						

	Reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime através das seguintes acções:					
	•Elaboração do plano de gestão de risco de corrupção e infracções conexas					
	•Fiscalização da execução					
	•Reforço dos meios dedicados à investigação criminal, designadamente os mecanismos de cooperação entre as diversas entidades policiais e entre estas e o ministério público;	Cooperação com a Interpol Regularização de dívida (PIC)	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	PIC
		Construção das instalações da PIC- Fase I	500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF-Justiça
	Promoção da qualificação da justiça, melhorando a organização, funcionamento e gestão dos tribunais	Instalação do Sistema Judicial na RAP	500.000.000,00	0,00	0,00%	Governo RAP
		Apoio Institucional à Boa Governação	1.400.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. MJDH
		Reabilitação do Palácio da Justiça	1.367.124.134,00	0,00	0,00%	Gab. MJDH
		Construção/aquisição de edifício para trib. De Contas e Aquisição de um edifício Tribunal de Contas	36.025.796.103,00	10.067.215.259,82	27,94%	DAF- Tribunal de Contas/Supr Trib. De Contas
		Aquisição de aparelho AC e equipamento informático de escritório	1.531.500.000,00	1.000.000.000,00	65,30%	DAF- Tribunal de Contas

	Apetrecho dos gabinetes dos juizes	965.747.232,00	965.747.232,00	100,00%	Supremo Trib. Justiça	
	Apetreçamento das novas instalações do Supremo Tribunal de Justiça	6.000.000.000,00	6.000.000.000,00	100,00%	Supremo Trib. Justiça	
	Aquisição de viaturas para os tribunais	2.250.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - Tribunal	
	Reabilitação do tribunal de Lembá	500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - Tribunal	
	Maratona Judicial	800.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - Tribunal	
	Apoio institucional à PGR	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	100,00%	Gab. Proc Geral da República	
	Aquisição de meios para Ministério Público	5.000.000.000,00	0,00	0,00%	Secr. Proc. Geral da República	
	Formação dos recursos humanos dos tribunais judiciais	900.000.000,00	552.467.837,50	61,39%	DAF - Tribunal	
	Apoio à Ordem dos Advogado	450.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. MJDH	
	Implementação de sistema de Gestão Integrado de Processos					
	Atualização do quadro legal e institucional a novo contexto de desenvolvimento	Reforma Legislativa/Actualização dos Diplomas	1.000.000.000,00	450.000.000,00	45,00%	Gab. MJDH
	Reorganização institucional e administrativa dos serviços do registo e notariado; informatização dos arquivos dos registos civil e notariado	Informatização dos arquivos dos Registos Civil e Notariado	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Registro e Notariado

		Prevenção e combate à toxicod dependência						
			Melhoria de condições técnicas e materiais do Centro Prisional e de Reinserção Social	Melhorar a pavimentação da Cadeia Central	7.826.479.311,00	6.814.509.311,00	87,07%	DAF-Justiça
			Projecto sem medida	Aquisição de materiais especializados	700.000.000,00	700.000.000,00	100,00%	DAF-Justiça
			Projecto sem medida	Ajuda alimentar aos militares e para-militares	1.320.000.000,00	1.309.000.000,00	99,17%	DAF-Justiça
			Projecto sem medida	Transporte de reclusos (Príncipe/ S. Tomé e vice - versa)	300.000.000,00	25.725.000,00	8,58%	DAF-Justiça
			Projecto sem medida	Aquisição de meios rolantes (PIC)	1.000.000.000,00	994.500.000,00	99,45%	PIC
		Comunicação social	Desenvolvimento de novos serviços de comunicação social;					
			Atualização do quadro legislativo e institucional dos órgãos de comunicação social;					
			Qualificar e melhorar as condições de desempenho da profissão de jornalista					
			Assegurar a oferta universal e diversidade na comunicação social					

		Governança	Apostar na modernização das emissões					
			Promoção de meios de comunicação social comunitário					
			Construção e reabilitação de infraestruturas dos órgãos de comunicação social	Reabilitação do edifício da TVS	1.300.000.000,00	0,00	0,00%	Televisão São-Tomense
				Manutenção dos emissores	850.000.000,00	114.305.000,00	13,45%	Radio Nacional
			Aquisição de equipamentos e materiais	Aquisição de UPS 10 KvA	122.500.000,00	0,00	0,00%	Televisão São-Tomense
				Aquisição de UPS para a Rádio Nacional de STP	77.500.000,00	37.180.000,00	47,97%	Rádio Nacional de STP
				Aquisição de móveis para a TVS	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Televisão São-Tomense
				Aquisição de material e equipamento para a Comunicação Social	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Agência STP Press
				Aquisição de links de transmissão RNSTP/TVSTP	1.207.184.040,00	420.471.640,00	34,83%	DAF do GPM
			Reforço de capacidade técnica dos profissionais do sector	Serviço de Ensino e Formação - RNSTP	804.789.360,00	307.947.500,00	38,26%	Rádio Nacional de STP
		Governança	projecto sem medida	Aquisição de meios rolantes	1.800.000.000,00	1.650.000.000,00	91,67%	DAF- GPM
			projecto sem medida	Aquisição de meios de transportes	2.750.000.000,00	2.750.000.000,00	100,00%	

projecto sem medida	Apoio institucional ao Gab. Primeiro Ministro	2.000.000.000,00	1.997.938.912,50	99,90%	DAF- GPM
projecto sem medida	Aquisição de móveis	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Serv. Nac. Informações
Projecto sem medida	Transferência de capital para Assembleia nacional	8.000.000.000,00	0,00	0,00%	DAF Ass. Nacional
Projecto sem medida	Apoio institucional à Assembleia Nacional	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	DAF Ass. Nacional
Projecto sem medida	Reabilitação do edifício do Palácio dos Congressos	9.500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF Ass. Nacional
Projecto sem medida	Apoio institucional à boa governação	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	DAF Ass. Nacional
Projecto sem medida	Apoio institucional à Presidência da República	2.000.000.000,00	2.000.000.000,00	100,00%	DAF - Presidência da República
Projecto sem medida	Apetreçamento da residência oficial	500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - Presidência da República
Projecto sem medida	Remodelação da 2ª e 3ª casa de passagem do palácio do povo	1.000.000.000,00	232.952.440,00	23,30%	DAF - Presidência da República
Projecto sem medida	Apoio Institucional à Assembleia Regional	500.000.000,00	500.000.000,00	100,00%	Governo RAP

			Projecto sem medida	Remodelação da residência oficial do morro da Trindade	400.000.000,00	79.514.400,00	19,88%	DAF - Presidência da República	
			Projecto sem medida	Reabilitação do Gab do Primeiro Ministro	2.500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF - GPM	
			Projecto sem medida	Apoio institucional às centrais sindicais	300.000.000,00	253.644.000,00	84,55%	Encargo Geral do Estado	
			Projecto sem medida	Exercícios findos	44.771.236.738,65	21.274.241.916,50	47,52%	Encargo Geral do Estado	
	Capítulo 2 - Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis	Juventude	Apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis						
			Garantir a integração dos jovens na definição das políticas públicas de juventude assegurando a sua participação						
			Aumentar a participação cívica dos jovens;						
			Reforçar os mecanismos de emancipação dos jovens são-tomenses;	Semana Nacional da Juventude e Semana da Juventude Africana	850.000.000,00	512.722.550,00	60,32%	Inst Juventude	
				Apoio institucional ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ)	300.000.000,00	175.000.000,00	58,33%	Inst Juventude	
			Promover o associativismo e o voluntariado juvenil;						
			Incentivar a criatividade e o empreendedorismo;	Jovens criadores da CPLP	792.159.205,00	690.399.260,00	87,15%	Inst Juventude	

			Formação e capacitação de jovens empreendedores	3.500.000.000,00	1.345.449.250,00	38,44%	Instituto da Juventude	
			Apoio institucional à associação dos jovens empreendedores	150.000.000,00	150.000.000,00	100,00%	Encargos Gerais do Estado	
			Implementar o programa de empreendedorismo jovem					
			Reforçar as acções de comunicação para a mudança de comportamento da população juvenil;					
			Promover a inclusão digital	Projecto de inclusão Digital«Internet para todos»	1.602.769.430,88	1.485.513.000,00	92,68%	Gab.Ministro da juventude e Desporto
				Criação do portal da Juventude	50.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto da Juventude
				Aquisição de equipamentos informáticos para Instituto da Juventude	500.000.000,00	158.451.000,00	31,69%	Instituto da Juventude
			Projecto sem medida	Dia internacional da juventude	250.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto da Juventude
			Projecto sem medida	Dia de África/ Inst. Juventude	100.000.000,00	34.471.000,00	34,47%	Instituto da Juventude
		Género	Consolidar as medidas promotoras da igualdade de género					
			Aprofundar a transversalidade da perspectiva de género nas políticas públicas;					

			Fortalecer os mecanismos e estruturas que promovam uma igualdade efectiva entre mulheres e homens;					
			Implementar o programa empreendedorismo feminino;					
			Reforçar os mecanismos institucionais para igualdade e equidade de género	Mecanismo de implementação da Estratégia de Género	3.450.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto Nacional para a Promoção e Equidade do Género
			Reforço de direitos e da participação das mulheres na tomada de decisão					
			Promoção económica das mulheres no meio rural e urbano.					
		Habitação e imobiliária	Elaboração de um plano nacional de habitação					
			Implementação de projetos de construção de casas sociais;	Construção de Casas Sociais (Me-zochi e Cauê) - Reabilitação do Centro Social (Cantagalo - Lobata e P)	6.848.618.056,52	6.415.472.271,17	93,68%	Dir.Prot.Social e Solidariedade
			Estimulo a concessão e o acesso ao crédito habitação;					

			Adequação do quadro legislativo, regulamentar e institucional do Instituto de Habitação e Imobiliária					
		Emprego e relações laborais	Promoção e dinamização de iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho					
			Realizar inquéritos de emprego nos distritos e na RAP					
			Reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e proteção social	Reabilitação, Pinturas e Ampliação do Edifício do MEAS	2.500.000.000,00	1.096.400.589,25	43,86%	DAF-MEAS
			Desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens					
			Implementação do programa de apoio ao empreendedorismo jovem, mulheres e pessoas portadoras de deficiência					
			Formação profissional	Elaborar estudo prospetivo sobre a necessidade do mercado de trabalho e da formação profissional				
		Elaborar estudo diagnóstico sobre a formação técnico profissional						
		Elaborar o plano estratégico nacional de emprego e formação profissional						

			Construir uma base de dados sobre o mercado de emprego e formação profissional						
			Construir e apetrechar as salas de aulas no CFPSTP (Budo Budo)						
			Operacionalizar o fundo nacional de emprego e formação profissional						
		Família e grupos mais vulneráveis (segurança e protecção social)		Reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis	Apoio a Integração Social dos Grupos mais Carenciados	9.066.500.000,00	4.119.264.879,00	45,43%	Dir.Prot.Social e Solidariedade
				Melhoria da integração dos pobres e grupos vulneráveis na economia, através do apoio a trabalhos públicos comunitários					
				Melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social					
				Reforço de protecção aos grupos em situação de risco e ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis)					
				Apoio as pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.)					
				Criação de mais centros comunitários de desenvolvimento / centros do dia;					

Alargamento da cozinha social-fornecimento de um prato quente / dia aos idosos;					
Apoio à formação de estudantes de famílias carenciadas					
Implementação de programas de promoção e apoio às iniciativas locais e de desenvolvimento comunitário, através das seguintes acções:					
Apoio às ONG's parceiras da acção social (organizações e associações)	Apoio às ONG's parceiras da acção social	550.000.000,00	515.000.000,00	93,64%	Dir.Prot.Social e Solidariedade
• Apoio as pessoas com deficiência	Apoio as pessoas com deficiência	525.000.000,00	393.500.000,00	74,95%	Dir.Prot.Social e Solidariedade
Apoio aos projetos de desenvolvimento da rede de protecção social (Santa Casa de Misericórdia, Cáritas, Arcar e PDI Lembá)	Protecção Social	3.001.500.000,00	1.280.591.765,88	42,67%	Dir.Prot.Social e Solidariedade
Reforço do programa de promoção e defesa dos direitos das crianças, através das seguintes acções:					
•Família substituta					
•Apoio a crianças em situação de risco e respetiva família					
•Acolhimento de meninos de e na rua (crianças vitimas de violência, maus tratos e abandono – SOS);					

3º Promover a cultura e o desporto nacional	Desporto	Criação de polos de atendimentos distritais e regional;	Criação de Pólos de Atendimentos Distritais e Regionais	1.908.689.851,00	172.250.000,00	9,02%	Dir.Trab.Emp.For . Profissional
		Generalizar a prática desportiva, "Desporto para Todos"					
		Melhorar a articulação do desporto com as políticas educativas e sociais através da consolidação e aumento da prática desportiva na escola	Apoio ao Desporto Escolar	1.207.840.795,00	561.195.000,00	46,46%	Direcção dos Desportos
		Construção e melhoria dos equipamentos e infraestruturas desportivas	Materiais e equipamentos e melhoramentos desportivos	2.600.000.000,00	599.350.500,00	23,05%	Direcção dos Desportos
			Construção do Centro recreativo de Ribeira Afonso	1.800.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto da Juventude
			Construção de um Estádio na Cidade da Trindade	1.245.701.000,00	0,00	0,00%	Direcção da Gestão da infraestrutura desportiva
			Construção de 4 Polidesportivo	17.500.000.000,00	13.450.560.258,36	76,86%	Direcção da Gestão da infraestrutura desportiva
			Construção de um Polidesportivo na RAP	900.000.000,00	196.608.850,50	21,85%	
			Requalificação do Parque Sum Secreta	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção dos Desportos

	Aquisição de materiais informáticos (MJD)	250.000.000,00	0,00	0,00%	Instituto da Juventude
Reforçar a parceria institucional com o Comité Olímpico Nacional, as Federações e os clubes de participantes	Transferência para as federações e Clubes	2.000.000.000,00	1.828.237.000,00	91,41%	Direcção dos Desportos
	Apoio institucional à Comité Olímpico de STP	250.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção dos Desportos
Apoio ao desporto de alto rendimento e às selecções nacionais, através das seguintes acções:					
• Programa nacional de detecção de jovens talentos					
• Participação nos eventos desportivos que promovam São Tome e Príncipe,	Incentivo para o Desporto Paralímpico	250.000.000,00	0,00	0,00%	Direcção dos Desportos
	Jogos Paralimpicos /Brasil 2016	1.280.537.208,50	1.005.067.825,00	78,49%	Direcção dos Desportos
• Reforço de cooperação bilateral e multilateral, com especial relevo para os países da CPLP,					
• Melhoria de condições técnicas, de formação e preparação dos atletas.					
Projecto sem medida	Comemoração de 12 de Março desportivo	550.000.000,00	349.347.075,00	63,52%	Direcção dos Desportos

		Cultura	Elaboração do "Plano para a Cultura"					
			Iniciativas culturais em interacção com a educação, turismo e ambiente	Subsídio para comeração de 3 de Fevereiro	470.000.000,00	412.393.000,00	87,74%	Dir. geral de Cultura
			Proclamar o ano de 2016 como o "Ano da Cultura Nacional" como forma de dinamizar o sector cultural e fortalecer a coesão nacional	Construção Memorial de 3 de Fevereiro	4.000.000.000,00	4.000.000.000,00	100,00%	Dir. geral de Cultura
				Festival Gravana	490.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. geral de Cultura
				Prémio Francisco Tenreiro	250.000.000,00	210.700.000,00	84,28%	DAF- Ministério de Educação, cultura e Ciência
			Projecto sem medida	Restauração do Teto Museu Nacional	1.329.982.500,00	1.329.982.500,00	100,00%	DAF- Ministério de Educação, cultura e Ciência
			Inclusão da Diáspora					

4º Reforçar o poder local e criar pólos de desenvolvimento

Poder local

Reforçar a intervenção económica do poder local					
Reforçar capacidade das autarquias em matéria de gestão financeira;	Transferência de Capital / Camara Distrital de Água-Grande	11.730.000.000,00	4.659.266.666,66	39,72%	DAF-Cam.Dist.A.Grande
	Transferência de Capital / Camara Distrital de Cantagalo	8.504.150.398,00	2.295.036.528,00	26,99%	DAF-Cam.Dist.Cantagalo
	Transferência de Capital / Camara Distrital de Caué	6.050.000.000,00	2.005.507.497,00	33,15%	DAF-Cam.Dist.Caué
	Transferência de Capital / Camara Distrital de Lembá	6.731.189.700,00	1.950.132.446,45	28,97%	DAF-Cam.Dist.Lembá
	Transferência de Capital / Camara Distrital de Lobata	8.423.905.902,00	4.925.694.475,00	58,47%	DAF-Cam.Dist.Lobata
	Transferência de Capital / Camara Distrital de Mé-zochi	11.000.000.000,00	4.325.954.345,00	39,33%	DAF-Cam.Dist.Mé-Zochi
	Transferência de capital para Região Autónoma do Príncipe	1.500.000.000,00	1.500.000.000,00	100,00%	Gov. Reg. Do Príncipe
Consolidar a coordenação territorial das políticas públicas					
Acompanhar, consolidar e aprofundar a descentralização de competências para os Distritos nas matérias de gestão de rede de equipamentos de saúde, das					

			escolas e da acção social					
			Dotar as autarquias locais de competências e de instrumentos jurídicos actualizados e inovadores.					
	5º Reforçar as relações externas, cooperação e preservar a soberania nacional	Política externa	Alargamento e reorganização das embaixadas e missões consulares	Apoio ao funcionamento da embaixada de STP em Taipé	3.600.000.000,00	0,00	0,00%	DAF- MNECC
				Aquisição de meios rolantes para embaixadas	9.112.445.640,92	0,00	0,00%	DAF- MNECC
			Abertura de novas frentes diplomáticas	Programa de reorganização diplomática	2.500.000.000,00	1.907.299.088,67	76,29%	DAF- MNECC
			Reforço de participação da diáspora no processo de desenvolvimento do país					
			Reforço de capacidade dos diplomatas em matéria de negociação					
			Construção e reabilitação de infraestruturas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC)	Transformação e apetrechamento da sala de MNECC	896.466.353,00	0,00	0,00%	DAF- MNECC
				Construção de novo edifício - Ampliação do MNECC	2.619.215.725,00	0,00	0,00%	DAF- MNECC
				Obra de reabilitação do edifício e revisão da rede eléctrica do MNECC	1.500.000.000,00	0,00	0,00%	DAF- MNECC

		Cooperação Internacional	Reforço da cooperação e da presença nas organizações internacionais,					
			Reforço da cooperação estratégica entre os diferentes agentes envolvidos no processo de internacionalização					
			Reforço de capacidade técnica e institucional	Apoio institucional ao MNECC	1.900.000.000,00	1.719.518.735,90	90,50%	DAF- MNECC
			Criação da agência nacional de cooperação internacional.	Implementação da Agência Nacional de cooperação internacional.	8.000.000.000,00	0,00	0,00%	Dir. Geral De Cooperação Internacional
		Defesa (Forças armadas)	Intensificação do processo, em curso, de modernização e adequação das Forças Armadas					
			Aprofundamento e reforço da participação ativa do nosso país em missões internacionais (CEEAC e CPLP);					
			Reabilitação e modernização de equipamentos e infra - estruturas militar	Aquisição de material de iluminação para Centro de Instrução Militar	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Forças Armadas
				Aquisição de fogão eléctrico para Quartel de Guarda Costeira do Principe e para Centro de Instrução Militar	2.150.000.000,00	0,00	0,00%	Forças Armadas
				Revisão da rede eléctrica no edifício do MDOI	440.000.000,00	0,00	0,00%	DAF da Defesa

			Alargamento de Enfermaria	37.750.456,46	0,00	0,00%	Forças Armadas
			Reabilitação do Quartel da RAP - 1ª fase	2.500.000.000,00	1.911.460.000,00	76,46%	Forças Armadas
			Conclusão da casa do Comandante da Região Autónoma do Príncipe	1.567.424.000,00	1.567.424.000,00	100,00%	Forças Armadas
			Remodelação da cozinha da Guarda Costeira	455.000.000,00	343.000.000,00	75,38%	DAF da Defesa
		Criação de condições técnicas e materiais para os militares que servem nas forças armadas	Aquisição de munições para armas já existentes	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	Forças Armadas
			Ajuda alimentar aos militares e para-militares	1.500.000.000,00	1.500.000.000,00	100,00%	Forças Armadas
			Aquisição de camas, colchão, armário, bastão PM, buldozer e outros	4.000.000.000,00	0,00	0,00%	Forças Armadas
			Aquisição de fardamentos, botas do quartel das forças armadas	4.000.000.000,00	2.990.820.000,00	74,77%	Forças Armadas
		Participação mais activa das forças armadas em missões de interesse público, como de apoio à proteção civil e fiscalização marítima					
		Projecto sem medida	Pagamento de indemnização ao Sr. José Alberto Oqueiongo	195.000.000,00	194.080.992,42	99,53%	DAF - MDM
		Ma r	Elaboração de uma estratégia de segurança marítima				

			Planeamento e ordenamento do espaço marítimo;				
			Reforço da vigilância e segurança do Mar;	Instalação de VMC satélite	8.780.000.000,00	6.075.938.443,75	69,20% Direcção Geral das Pescas
			Comunicação e sensibilização para o conhecimento do Mar				
			Cooperação internacional para o Mar;				
			Estabelecimento de parcerias para salvaguarda dos interesses do estado do mar;				
			Gestão integrada dos múltiplos usos do mar e da zona costeira, mediante políticas coordenadas e legislação adequada;				
			Melhoramento do nível de operatividade da Guarda Costeira;	Aquisição de fardamentos, botas da Guarda Costeira/Unidade Naval	1.700.000.000,00	957.389.367,50	56,32% Guarda Costeira
				Manutenção de farol e operações de busca e salvamento - Guarda Costeira - Unidade Naval	2.000.000.000,00	153.000.000,00	7,65% Guarda Costeira
			Combate à todas as formas de ilícitos cometidos no mar;				
			Remoção de destroços de barcaças;				
			Elaboração de legislação marítima.				

			Implementação de medidas legislativas e operacionais de prevenção e de combate à criminalidade					
		Administração Interna	Reforço do efectivo policial e melhoria das condições de trabalho;	Aquisição de fardamentos	3.960.000.000,00	0,00	0,00%	Polícia Nacional
				Aquisição de beliches, colchões e coberturas para agentes de polícia Nacional	1.475.912.500,00	475.912.500,00	32,25%	Polícia Nacional
			Aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária;					
			Criação de um quadro legislativo adequado ao serviço de informação estratégica;	Apoio Institucional à Boa Governação	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Gab. Min. Adm Interna
			Adequação e reforço de capacidade dos recursos humanos	Reforço da capacidade institucional da SINFO	800.000.000,00	133.970.000,00	16,75%	DAF do GPM
				Reforço de capacidades institucional e manutenção de ordem interna	500.000.000,00	494.711.275,00	98,94%	Gab. Min. Adm Interna
			Construção e reabilitação de infra-estruturas;	Conclusão das obras de edifício do comando distrital de Caué	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	Polícia Nacional
				Conclusão da esquadra policial em Santa Catarina - Lembá	500.000.000,00	0,00	0,00%	Polícia Nacional
			Aquisição de materiais de aquartelamento	Aquisição de materiais de aquartelamento, uniforme, botas e boina da UDSP	2.500.000.000,00	0,00	0,00%	UDSP
				Aquisição de materiais de aquartelamento uniforme, botas e boina para UPDE	2.500.000.000,00	0,00	0,00%	UPDE

		Fardamentos a serviço do SMF	800.000.000,00	0,00	0,00%	SMF	
		Aquisição de mobiliários para o SMF	500.000.000,00	0,00	0,00%	SMF	
		Aquisição de viaturas do SMF	1.700.000.000,00	0,00	0,00%	SMF	
		Reforço de prevenção e combate ao incêndio e outras calamidades					
		Aquisição mobiliários para quartel dos bombeiros do SNPCB	1.100.000.000,00	0,00	0,00%	SNPCB	
		Aquisição de fardamentos e equipamentos para SNPCB	6.552.000.000,00	752.000.000,00	11,48%	SNPCB	
		Aquisição de equipamentos de protecção individual do SNPCB	2.000.000.000,00	0,00	0,00%	SNPCB	
		Realização do recenseamento eleitoral e eleições presidenciais	36.000.000.000,00	34.546.257.349,25	95,96%	Gab. Min. Adm Interna	
		Reforço da capacidade preventiva de combate ao tráfico de seres humanos					
		Elaboração do plano estratégico visando a diminuição da sinistralidade rodoviária					
		projecto sem medida	Aquisição de móveis, secretaria e cadeiras	100.000.000,00	0,00	0,00%	UPDE
		projecto sem medida	Compra de utensílios de cozinha e Ref. Policia Nacional	654.746.623,00	204.746.622,50	31,27%	Policia Nacional

		projecto sem medida	Ajuda alimentar aos militares e para-militares	1.500.000.000,00	1.500.000.000,00	100,00%	Gab. Min. Adm Interna
		projecto sem medida	Aquisição de móveis	195.000.000,00	0,00	0,00%	P. Fiscal Aduaneira
		projecto sem medida	Aquisição de meios de transportes	3.438.450.000,00	3.438.450.000,00	100,00%	
		projecto sem medida	Aquisição de viaturas e motorizadas de UDSP	2.300.000.000,00	0,00	0,00%	UDSP
		projecto sem medida	Aquisição de 2 viaturas p/unidade de protecção dos dirigentes de estado (UPDE)	1.000.000.000,00	0,00	0,00%	UDSP
TOTAL EIXO II				964.186.829.886,31	328.966.454.164,22	34,12%	
TOTAL GOP				2.142.135.538.861,56	548 009 376 628,24	25,45%	

